

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL
PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES - UnDF



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC
SERVIÇO SOCIAL

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS
HUMANAS, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE



Governador do Distrito Federal

Ibaneis Rocha Barros Júnior

Vice Governadora

Celina Leão Hizim

Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF

Reitora Pro Tempore

Simone Pereira Costa Benck

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL
PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES - UnDF



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - PPC
SERVIÇO SOCIAL

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS
HUMANAS, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

BRASÍLIA, DF
2023

Elaboração/revisão geral de conteúdo

Alessandra Edver Mello dos Santos

Caroline Nunes Silva

Edi Silva Pires

Enam Lima Pires

Vanessa Martins Rubim Caetano

Suely Vieira Parrine Sant'Ana

Elaboração/revisão técnica de conteúdo

João Felipe de Souza

Revisão de Língua Portuguesa

Valéria Gomes Borges Vieira

Projeto gráfico

Frank Alves

LISTA DE ABREVIATURAS

ABP	Aprendizagem Baseada em Problemas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CES	Câmara de Educação Superior
CP	Comissão Permanente
CEBRASPE	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CODESE	Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DF	Distrito Federal
DIEPS	Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
EEMA	Escola de Educação, Magistério e Artes do Distrito Federal
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Estágio Supervisionado
FUNAB	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal
HPE	Horário Protegido para Estudo
HPPS	Habilidades Profissionais em Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo de Docente Estruturante
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional da Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PA	Produção Acadêmica
RAG	Relatório Anual de Gestão
RIDE/DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SESDF	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SiSU	Sistema de Seleção Unificado
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UnAB/DF	Universidade Aberta do Distrito Federal
UnDF	Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIVISÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DO DF: REGIÕES ADMINISTRATIVAS (RA)	24
FIGURA 2 -REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE/DF	24
FIGURA 3 - PERSPECTIVA FORMATIVA.....	34
FIGURA 4 - MAPA CONCEITUAL DA AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS DA UNDF	60

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTIMATIVA POPULACIONAL RIDE-DF	25
QUADRO 2 - UNIDADES CURRICULARES DO NÚCLEO UNIVERSAL	39
QUADRO 3 -ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	40
QUADRO 4 - RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR.....	42
QUADRO 5 - DESENHO DA MATRIZ CURRICULAR	42
QUADRO 6 - ORGANIZAÇÃO SEMESTRAL DAS UNIDADES CURRICULARES	43
QUADRO 7 - EXTENSIONALIZAÇÃO DO CURRÍCULO.....	47
QUADRO 8 - MODOS DE APRENDIZAGEM.....	52
QUADRO 9 - CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS NA AVALIAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE.....	63
QUADRO 10 - CONCEITOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DA UNDF	64

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso	Serviço Social
Titulação acadêmica conferida	Bacharelado
Modalidade de ensino	Presencial
Carga horária total	3.075 horas
Turno de funcionamento	Noturno
Endereço de funcionamento	Setor de Habitações Individuais Norte / Centro de Atividades (CA) 02 - Lago Norte, Brasília - DF / CEP: 71503-502.
Regime letivo	Semestral
Número de vagas autorizadas	40
Número de vagas por processo seletivo	40
Periodicidade do processo seletivo	Anual
Formas de ingresso	Processo seletivo, considerando a nota do ENEM.
Tempo para integralização curricular (Duração do curso)	Tempo mínimo de 4 anos
	Tempo máximo de 8 anos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL - UNDF	16
1.1 HISTÓRICO DA UNDF	16
1.2 MISSÃO INSTITUCIONAL.....	18
1.3 VISÃO	18
1.4 VALORES	18
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA UNDF	19
3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA UNDF	21
4 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....	23
5 OBJETIVOS DO CURSO	27
5.1 OBJETIVO GERAL.....	27
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
6 PERFIL DO EGRESSO.....	29
7 REGIME LETIVO	31
8 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	32
9 ARQUITETURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E CURRICULAR DA UNDF.....	33
9.1 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E CURRICULARES.....	33
9.2 NÚCLEO UNIVERSAL DA UNDF	36
10 DESENHO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	40
10.1 MATRIZ CURRICULAR.....	40
11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	48
12 PRÁTICAS: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E HABILIDADES PROFISSIONAIS .	49
13 MODOS DE APRENDIZAGENS	52
13.1 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E DOS ESPAÇOS PARA AS APRENDIZAGENS	53
13.2 ESPAÇO/TEMPO PARA A PESQUISA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	54
13.3 O HPE COMO ESPAÇO/TEMPO PRIVILEGIADO PARA A PESQUISA E O ESTU- DO.....	55
13.4 O ESPAÇO/TEMPO PARA A PRÁTICA	56
14 ABORDAGEM METODOLÓGICA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.	57

15 AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS NA UNDF: TECENDO NOVAS DIREÇÕES	59
15.1 CONSTRUINDO APRENDIZAGENS	65
15.2 AVALIAÇÃO COMO LUGAR DE INCLUSÃO	65
16 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	68
17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	70
17.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	70
17.2 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES - ENADE	70
18 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	71
18.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	71
18.2 COLEGIADO DO CURSO	71
18.3 PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA	72
18.4 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS	73
18.5 BIBLIOTECA	74
19 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	76
19.1 POLÍTICAS DE APOIO AO DISCENTE	76
20 EMENTÁRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	79
REFERÊNCIAS	103



APRESENTAÇÃO

O Curso de Serviço Social da UnDF tem como foco responder às demandas da população do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF no que concerne à falta constante – já histórica – de profissionais para atuarem no âmbito das políticas da assistência social, sobretudo nas ações de enfrentamento das desigualdades e na ampla defesa dos direitos sociais.

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) apresenta a visão de educação superior e a proposta social, filosófica, política e teórico-metodológica do curso de Serviço Social, tendo em vista sua inserção regional como parte dos elementos históricos, sociais e culturais, para que se concretizem os compromissos feitos pela UnDF à população da RIDE/DF, onde se destacam a ampliação dos direitos e a contribuição para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Compreende-se a importância da formação de assistentes sociais como uma significativa contribuição nos âmbitos local, regional e nacional para a transformação da sociedade, sobretudo diante do desafiante contexto do século XXI.

Com a tríade ensino, pesquisa e extensão, objetiva-se fortalecer a formação integral do sujeito, considerando competências técnicas, éticas, estéticas, emocionais, intelectuais e sociais que possibilitem sua inserção profissional consciente, responsável e efetiva no mundo do trabalho, bem como o alcance de outros objetivos pessoais e acadêmicos que contribuam para transformação da própria vida do estudante e do contexto em que está inserido.

Este PPC, além de ser elaborado para a formação de assistentes sociais, apresenta ainda unidades curriculares basilares para a construção de saberes mais amplos e abrangentes em diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, considera a proposta de uma formação humanística com a inserção do **Núcleo Universal da UnDF**, com unidades curriculares obrigatórias e eletivas a serem desenvolvidas horizontalmente no percurso formativo dos estudantes de todos os cursos, fortalecendo, assim, uma proposta de formação integral, em que se considera, se respeita e se promove a multidimensionalidade do sujeito aprendente.

Para além do Núcleo Universal, a organização curricular será sustentada por outros **03** (três) Núcleos de Conhecimentos Específicos que objetivam assegurar a solidez da formação profissional do assistente social. Esse tripé está estruturado da seguinte maneira:

a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social - engloba os fundamentos que permitem conhecer o ser social na sociedade em que vivemos, com destaque para os elementos teórico-metodológicos e ético-políticos;

b) Núcleo de fundamentos da formação social brasileira - reúne os saberes necessários para o conhecimento da formação social brasileira, com ênfase no histórico, na realidade atual e nas tendências de desenvolvimento da sociedade;

c) Núcleo de fundamentos da ação profissional - integra os itens que compõem o processo histórico do Serviço Social, com destaque para os elementos teóricos, metodológicos e técnicos. No que tange ao exercício profissional, ressaltam-se a pesquisa, o planejamento, o estágio supervisionado e a administração em Serviço Social.

Este PPC compromete-se, portanto, com os fundamentos e processos estabelecidos nesses três núcleos, buscando atender necessidades específicas locais e regionais, tanto do ponto de vista das instituições públicas, quanto das organizações e movimentos sociais nas suas especificidades. Destaca-se, ainda, a inserção de unidades curriculares práticas que estejam em consonância com o mundo do trabalho desde o primeiro semestre do curso, afirmando, assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A partir da integração do ensino ao locus de atuação do assistente social (aqui entendido como a articulação entre o conhecimento produzido na universidade e as práticas profissionais desenvolvidas nos diversos espaços do setor público e da sociedade), emergem conflitos que impulsionam o profissional da assistência social à problematização da realidade para compreendê-la e transformá-la. É com essa integração, materializada no fazer profissional do assistente social, que se deseja ressignificar a lógica da formação superior para além do compromisso exclusivo com o mundo do trabalho.

Ressalta-se que as decisões que levaram à construção deste PPC consideraram as pesquisas de viabilidade para implantação da UnDF e dos seus respectivos cursos, realizados pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe¹, no período de 2020-2022. Esse estudo apresentou experiências inovadoras de algumas instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, como forma de conhecer e repensar o cenário educativo a fim de promover práticas pedagógicas para um novo contexto educacional.

Para a composição deste Projeto Pedagógico de Curso, é necessário evidenciar que os marcos legais utilizados como referência estão descritos a seguir:

¹ O CEBRASPE foi a instituição vencedora de uma ação conjunta promovida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) e Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB) a partir do Edital de Chamada Pública FAP/DF nº 04/2019. A iniciativa teve por objetivo desenvolver estudos e ações que viessem a subsidiar os processos de concepção e estruturação da política de ensino superior pública distrital.

<p>Lei 8.662, de 7 de junho de 1993 - dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.</p>
<p>Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS n.º 273, de 13 março de 1993 - que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.</p>
<p>Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</p>
<p>Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 - estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.</p>
<p>Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.</p>
<p>Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.</p>
<p>Resolução CNE/CES 2, de 18 de junho de 2007 - dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial.</p>
<p>Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008 - regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.</p>
<p>Portaria Normativa /MEC 23, de 1º de dezembro de 2010 - institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores - Basis e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e outras disposições.</p>
<p>Resolução CEDF 2, de 18 de setembro de 2017 - estabelece normas para a Educação Superior no Sistema de Ensino do Distrito Federal.</p>
<p>Resolução CNE/CES 7, de 18 de dezembro de 2018 - estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.</p>
<p>Lei Complementar 987, de 26 de julho de 2021 - autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal – UnDF e dá outras providências.</p>
<p>Decreto 42.333, de 26 de julho de 2021 - institui a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF e dá outras providências.</p>
<p>Resolução 3, de 12 de maio de 2022 - dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF</p>
<p>Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 - que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p>

Nesse sentido, o curso de Serviço Social caminha na direção de desenvolver, nos sujeitos, uma formação reflexiva, crítica e atenta à conjuntura brasileira e ao

contexto mundial. Para tanto, deseja-se formar assistentes sociais que sejam capazes de considerar os elementos reais e concretos da formação social do nosso país; compreender com precisão os problemas objetivos e subjetivos da sociedade, e problematizá-los com solidez e fundamentação teórica, e construir saberes para alimentar a prática profissional; e enfrentar as desigualdades e as contradições sociais da realidade brasileira.

Por fim, destaca-se que esta é a 1ª versão do PPC do Curso de Serviço Social e deve servir como ponto de partida para iniciar a organização do trabalho pedagógico de todo o curso. Necessário ressaltar ainda que este é um documento que precisa estar em constante movimento e que exige periódicas atualizações e reformulações a serem conduzidas pelo corpo docente da UnDF, isso considerando a participação efetiva e democrática dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Para tanto, destaca-se a necessidade de este documento pedagógico dialogar cada vez mais com as práticas pedagógicas que buscam romper com as formas conservadoras de avaliar, aprender, ensinar e pesquisar no ensino superior. A UnDF nasce com a missão de propor outra forma de lidar com o conhecimento, uma forma mais humana, ética e propositiva. Sendo assim, sugere-se um trabalho coletivo de qualificação não apenas do texto em si, mas sobretudo de aproximação do PPC ao cotidiano vivo do contexto em que esta universidade pública distrital está inserida.



1

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL - UnDF

1.1 Histórico da UnDF

A educação, como prática social histórica, está em constante movimento de transformação, reconstrução e ressignificação da realidade concreta. A universidade, como instituição social, atravessa temporal e espacialmente a história e se refaz em seus pactos sociais, evidenciando a sua importância na busca de outros olhares e proposições para a transformação da sociedade.

A narrativa da construção de uma universidade evoca elementos que destacam as memórias, os olhares e os esforços tanto de indivíduos como de um grupo para a concretização dos anseios de toda uma coletividade. Dessa forma, reconhece-se, então, que as instituições educativas “não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (SANFELICE, 2008, p. 15), mas espaços formativos nos quais a visão do coletivo ganha expressiva importância. Por esse envolvimento e empenho de todo um grupo, essas instituições assumem o compromisso social de interferir positivamente na realidade material e cultural na qual se insere e de corroborar o seu desenvolvimento sustentável.

Embora a UnDF tenha sido criada apenas no início da década de 2020, como resultado de esforços empreendidos para a ampliação da oferta de educação superior pública na RIDE-DF, as primeiras referências à instalação de uma universidade de âmbito distrital podem ser encontradas ainda nos primeiros anos da década de 1990. Isso significa que a referência legal que dá início ao desejo de criação de uma universidade dessa natureza ocorre ainda no final do primeiro momento de constituição do campo da educação superior do DF, indicado por Souza (2013) como correspondente ao período 1962-1994. Essa referência, a Lei nº 403/1992, autorizava o Poder Executivo a criar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e, por consequência, a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal – UnAB/DF.

A partir disso, o Distrito Federal passou a ter a obrigação legal de criar um sistema próprio de educação superior pública, conforme expresso no Artigo 240 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), promulgada em 8 de junho de 1993:

Art. 240. O Poder Público deve criar seu próprio sistema de educação superior, articulado com os demais níveis, na forma da lei.

§ 1º Na instalação de unidades de educação superior do Distrito Fe-

deral, consideram-se, prioritariamente, regiões densamente povoadas não atendidas por ensino público superior, observada a vocação regional. (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Além de estabelecer os fundamentos da organização do DF, no âmbito de sua autonomia constitucional como integrante do regime federativo, a referida lei previa, em seu artigo 36 – Disposições Transitórias –, a criação de uma universidade pública: “A lei instituirá a Universidade Regional do Planalto – Uniplan, órgão vinculado à Secretaria de Educação do Distrito Federal, e estabelecerá sua estrutura e objetivos.” (DF, 1993).

Dezoito anos depois, a Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes – UnDF foi criada pela Lei Complementar nº 987/2021—“sob a forma de fundação pública e regime jurídico de direito público, integrante da administração indireta, vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal” (DF, 2021a). De maneira a constituir uma identidade institucional própria, essa universidade poderá atuar em todas as áreas do conhecimento, nos níveis de graduação (licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia) e de pós-graduação (stricto e lato sensu). Todavia, é importante ter clareza de que essas linhas de atuação não excluem outras possibilidades de atividade que venha a desenvolver, no caso ligadas à formação técnica e à própria educação básica, dependendo da configuração e das parcerias que essa instituição venha a firmar no contexto do DF e RIDE. Também na perspectiva dos registros sobre a instalação da UnDF, cabe ressaltar que, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no Decreto nº 42.333/2021, o Governador do Distrito Federal – Ibaneis Rocha Barros Junior – nomeou como Reitora Pro Tempore da UnDF a Profª Drª Simone Pereira Costa Benck.

Importante destacar ainda que, apesar de a UnDF ter sido criada em 2021, já existiam, no cenário de educação pública distrital, algumas Instituições de Ensino Superior- IES. À época, duas delas já estavam credenciadas no e-MEC – Sistema de Fluxo de Processos de Regulação e Avaliação da Educação Superior. A primeira – Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) – teve seu credenciamento e autorização para funcionamento por meio do Parecer nº 95/2001 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). Enquanto a segunda – Escola Superior de Gestão (ESG) –, pela Portaria nº 405/2017. Além dessas, também já existia a Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), que passou a ter essa denominação a partir do Decreto nº 39.218/2018.

Como primeira IES criada pelo governo local, em 2001, a ESCS foi instalada, inicialmente, com o curso de Medicina. Em 2008, criou o Curso de Enfermagem, cuja autorização para funcionar ocorreu por meio da Portaria SEEDF nº 195, de 8 de setembro do mesmo ano.

Portanto, em toda sua narrativa menina, contada por diversas e atuantes vozes como instituição distrital, a UnDF se conecta às necessidades do contexto no qual está inserida, tendo estabelecidas sua missão, visão e valores no ensejo de que ela

abrigue um universo diverso de pessoas, partilhe sentidos e significados comuns, atravesse fronteiras e provoque a ânsia por mudanças.

1.2 Missão institucional

Ser uma universidade com gestão de excelência, inovadora, inclusiva e tecnologicamente avançada e orientada para a formação de cidadãos e profissionais capazes de atuar de forma crítica, democrática e ética frente aos desafios locais, regionais, nacionais e globais, comprometidos com a transformação da sociedade e o desenvolvimento sustentável.

1.3 Visão

Ser referência entre as universidades na formação tecnologicamente avançada em diferentes áreas do conhecimento, assegurando patamares crescentes de inserção local, nacional, regional e internacional, por meio de uma gestão democrática, inovadora e inclusiva que a configure como vetor de transformação da realidade social, econômica e ambiental.

1.4 Valores

Constituindo a base para a tomada de decisões estratégicas e sendo fundamentais para que um grupo de indivíduos invista na criação de uma identidade coletiva em torno de objetivos comuns, direcionando as decisões tomadas e as ações realizadas em todos os níveis da instituição, os valores institucionais propostos para a UnDF são: ética pública e institucional, gestão democrática, inclusão, inovação,



pesquisa e desenvolvimento tecnológico, pluralismo, sustentabilidade e responsabilidade social e transparência e interesse público.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA UnDF

Elencar algumas teorias para tecer possibilidades de diálogo entre elas é uma forma acolhedora de se pensar a aprendizagem e o sujeito que aprende nos cursos promovidos pelas escolas da UnDF. Freire aponta que:

[...] O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 1996, p. 76-77).

As contribuições da Teoria da Subjetividade Cultural-Histórica, desenvolvida por Fernando Luis González Rey (2005), convertem-se em possibilidade no entendimento da emergência de um sujeito dialético, subjetivo e sócio-histórico-cultural, bem como da aprendizagem sendo produção subjetiva. A subjetividade é definida como a organização de processos de sentido e significação que aparecem e se organizam de formas diferenciadas e em diferentes níveis no sujeito, bem como nos espaços sociais em que atua (GONZÁLEZ REY, 1999).

Partindo dessas premissas, a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski é importante neste contexto contemporâneo, pois evidencia o desenvolvimento humano como marcadamente impulsionado pelas relações sociais imersas em uma cultura historicamente produzida e reelaborada. Acertadamente, a perspectiva vigotskiana aponta o papel da mediação por meio de instrumentos e signos como impulsionadores do desenvolvimento humano.

Destaca-se, também, que a aprendizagem colaborativa nos apresenta a possibilidade do desenvolvimento com o outro. Aprender colaborativamente em uma perspectiva ampla aponta que a ocorrência da aprendizagem é um efeito colateral da interação entre pares envolvidos em um sistema de interdependência para a resolução de problemas ou para o desenvolvimento de atividades propostas pelo professor. (TORRES; IRALA, 2014).

Nesse caso, a compreensão da processualidade do sujeito no curso de suas experiências sociais, culturais e historicamente produzidas são elementos que partilham das ideias aqui desenvolvidas.

Por compreender a realidade como fenômeno complexo, é convidativo o olhar da Teoria da Complexidade de Morin (2005) uma vez que, como sistema de pensa-

mento, afeta a compreensão de sujeito, a forma como a produção do conhecimento é tecida e a reconstrução da realidade, bem como o modo esses aspectos reverberam no plano social e político em que as práticas se materializam.

Dessa forma, o que se propõe é que a **perspectiva histórico-cultural**, a **teoria da subjetividade** e a **teoria da complexidade** possam alicerçar as escolhas que orientam este PPC, fortalecendo a compreensão de aprendizagem a partir de uma concepção complexa de subjetividade como sistema organizador dos processos de sentidos e significados e a forma como se expressam em cada sujeito.

Assim, essas bases epistemológicas também coadunam com a eleição da perspectiva da **aprendizagem criativa**, no tocante à assunção da teoria da subjetividade em uma perspectiva histórica e cultural e por romper com a criatividade enquanto dom, talento e condição inacessível, mas inerente a todos os sujeitos que aprendem. Considera-se a criatividade

[...] um processo complexo da subjetividade humana na sua simultânea condição de subjetividade individual e subjetividade social que se expressa na produção de “algo” que é considerado ao mesmo tempo “novo” e “valioso” em um determinado campo da ação humana. (MARTÍNEZ, 2000 apud MARTÍNEZ, 2009, p. 161, grifo nosso).

Defende-se o entendimento de que ser criativo não é um adjetivo destinado a poucos, mas um processo comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento humano que demanda ações diversificadas e que exige a percepção do outro e de sua singularidade. Assim, a escolha das ideias desenvolvidas por Martínez (2009), na compreensão da aprendizagem criativa, partilha do olhar possível sobre o “ser



criativo” saindo da ordem da aptidão para o desenvolvimento de recursos pessoais.

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA UnDF

A opção de se fazer uso de metodologias problematizadoras, por meio do compartilhamento de experiências teórico-práticas vivenciadas no processo de formação, corrobora uma mudança de paradigma, avança para além do fazer técnico, encaminhando para a compreensão da necessidade de uma aprendizagem ativa que tenha sentido face às construções da atual sociedade. Ademais, supõe considerar que os sujeitos são diferentes, inclusive na sua forma de aprender, e, por isso, a necessidade de diferentes espaços, práticas e formas de organização do currículo de cada curso na instituição educacional.

Diferentes estratégias metodológicas, em suas múltiplas possibilidades de problematização da realidade e construção do conhecimento, podem fortalecer a integração entre teoria e prática, promover a intervenção e a transformação da realidade e ainda abrir espaços relacionais dialógicos e comprometidos com o desenvolvimento do estudante, respeitando suas emoções e seu protagonismo.

Com essa ação, busca-se a coerência entre o que é estudado e discutido e o que se faz: vivenciar, no espaço de formação do ensino superior, o que se orienta às áreas de atuação profissional dos estudantes, fazendo, assim, com que todos os conhecimentos construídos nos diversos ambientes de aprendizagem tenham sentido e que sejam aproveitados para as transformações necessárias.

Uma sociedade que está em constantes mudanças requer uma nova compreensão sobre qual o impacto disso na forma de aprender e de ensinar. É preciso se ajustar aos novos tempos e, para isso, torna-se urgente repensar os **tempos** e **espaços** envolvidos na organização do trabalho pedagógico, por exemplo, propondo situações de aprendizagem que despertem a curiosidade e que promovam voos para além da sala de aula, ambiente visto, por muito tempo, como único espaço de produção do conhecimento.

Coutinho e Lisboa (2011) esclarecem que, com o advento das novas tecnologias, permite-se o acesso a um fluxo intenso e contínuo de informações desprovidas de barreiras territoriais e temporais, o que traz a necessidade de diferenciadas abordagens de ensino e aprendizagem que ultrapassem barreiras espaciais, temporais e outras, estimulando o estudante a participar e interagir, de forma flexível, criativa e inovadora, com esse contexto.

É importante considerar também todas as possibilidades e recursos que as tecnologias digitais permitem desenvolver no processo de formação dos estudantes

em espaços/modalidades para além do ensino híbrido ou de uma proposta de Educação a Distância. O que se coloca é a necessidade da mudança na organização didático-metodológica, e não apenas a proposição de uso de recursos digitais ou espaços virtuais mantendo a mesma opção tradicional de ensino. Promover novos espaços e tempos, por meio da imersão do trabalho pedagógico em uma cultura digital, favorece a capacidade investigativa, promove o desenvolvimento da criticidade e da capacidade de gestão do processo formativo.

Já como uma possibilidade de se repensar os espaços e tempos das escolas da UnDF, na organização pedagógica de seus cursos, indica-se um horário específico, denominado Horário Protegido para Estudo - HPE², destinado ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e de estudo, seja em ambiente virtual ou presencial.

² A subseção 13.3 é dedicada ao HPE.

4

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

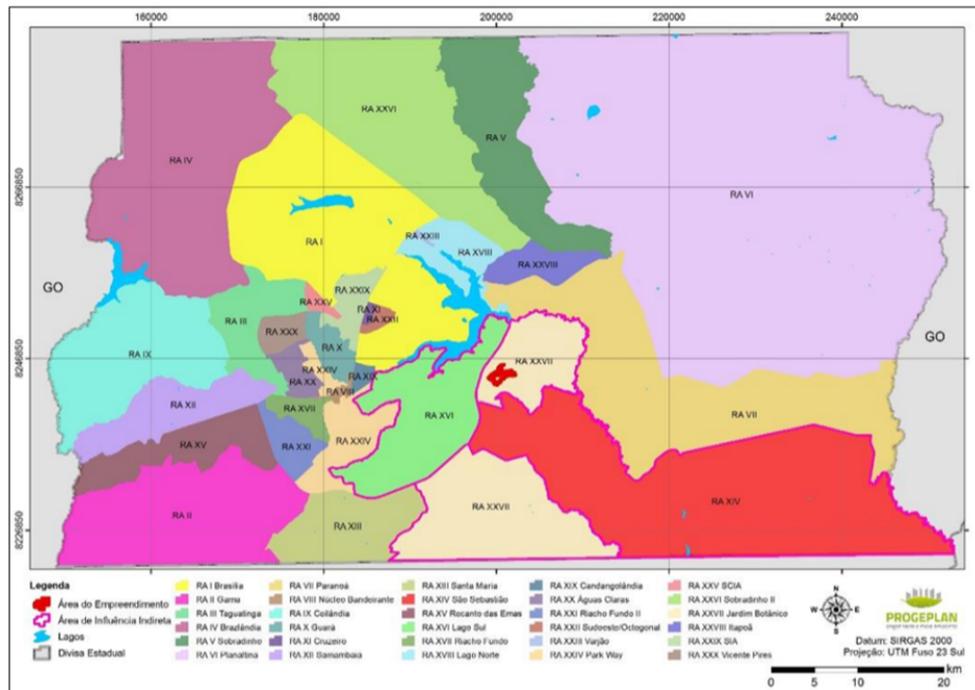
O cenário de déficit em relação à oferta de vagas no ensino superior público do Distrito Federal, por si só, já é um indicador da necessidade da ampliação e criação de novas instituições de ensino superior públicas. A defesa é pela democratização do acesso à universidade que, além de oportuna, possibilitará a formação de profissionais habilitados para identificar, analisar e contribuir no enfrentamento dos problemas de ordem social.

Nesse contexto, a criação do curso de Serviço Social vem atender a uma demanda reprimida, não apenas em termos de números que já justificam a sua existência, mas, sobretudo, em termos de uma nova lógica de formação profissional. Ressalte-se que a escola prezará pela unidade entre teoria e prática, valorizando o vínculo direto e permanente com a esfera pública da assistência social, organizando toda a formação acadêmica por meio das demandas reais do mundo do trabalho.

O Curso de Serviço Social da UnDF tem como foco responder às demandas da população do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF no que concerne à falta constante – já histórica – de profissionais para atuarem nas políticas sociais, sobretudo no enfrentamento da pobreza, das situações de desemprego e na defesa dos direitos sociais.

A RIDE/DF é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar n. 94, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n. 7.469, de 4 de maio de 2011, e ampliada pela Lei Complementar n. 163, de 14 de junho de 2018, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal (figuras 1 e 2).

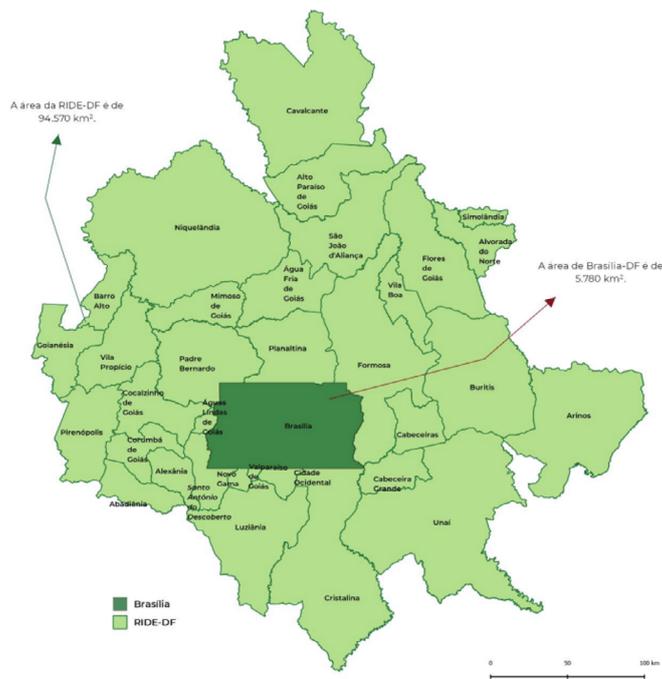
Figura 1 - Divisão territorial e administrativa do DF: Regiões Administrativas (RA)



Fonte: Atlas do Distrito Federal, 2020³.

Considera-se de interesse da RIDE/DF os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos atuais 34 municípios integrantes de Goiás e Minas Gerais, dentre os quais se destacam aqueles relacionados à educação, cultura e formação profissional.

Figura 2 -Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF



Fonte: IBGE. ⁴

3 IPEDF. Atlas do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

4 IBGE. Codeplan. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES DF, no Relatório Anual de Gestão – RAG, 2020, a população estimada da RIDE/DF era de 4.758.469 habitantes no total, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 - Estimativa populacional RIDE-DF

UF/Estado	Habitantes
DF	3.094.325
RIDE DF	1.664.144

Fonte: CODESE, 2022⁵

O Distrito Federal é considerado a unidade da federação com maior renda per capita do país, e a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, registrou diminuição no DF entre 2012 e 2019 (CODESE, 2022). Apesar dessa queda, o DF ainda é um território onde a pobreza e a desigualdade configuram-se como grandes problemas sociais.

No início do ano de 2020, a disseminação global do novo coronavírus (SARS-CoV-2) afetou drasticamente a vida social, ocasionando aumento da pobreza e desestruturação das condições de vida e trabalho da população e impactando negativamente os índices de desenvolvimento social (CODESE, 2022).

A pandemia motivou a prática do isolamento social em larga escala, dentre outros cuidados propostos pela Organização Mundial de Saúde - OMS, provocando mudanças drásticas em hábitos sociais consolidados durante anos. Além da enorme quantidade de pessoas vitimadas pela doença em todo o mundo, foram notados impactos significativos nos campos econômico e social.

O agravamento das crises sociais e econômicas, tanto em nível local quanto globalmente, anunciam a piora de uma situação crítica em várias partes do mundo. Para fazer frente a esse desafio, necessita-se, entre outras coisas, de mais conhecimento, de escolas especializadas e de profissionais com formação para reconhecer, analisar e estar em condições de colocar em prática medidas eficientes e eficazes que contribuam para o enfrentamento das complexas questões sociais.

Nesse sentido, a formação de assistentes sociais dará sua contribuição no desenvolvimento da necessária visão abrangente da realidade econômica e social. Sendo assim, espera-se que o Curso de Serviço Social possa atender à demanda reprimida tanto do DF quanto dos 22 (vinte e dois) municípios circunvizinhos que compõem a RIDE, apoiando soluções articuladas para as questões sociais.

Por conseguinte, o Curso de Serviço Social, obedecendo à legislação em vigor, deverá suprir a demanda por profissionais com qualificação e reconhecida capacidade de intervir nas relações sociais, no DF e na RIDE, que se caracteriza por ser uma região heterogênea sob o ponto de vista social, econômico, cultural, histórico e de desenvolvimento e que se traduz como cenário no qual as graves questões sociais

⁵ Disponível em: http://codesedf.org.br/codese_df_livro_diagnostico_df_2022.pdf. Acesso em 10/02/2023.

existentes urgem por análise e gestão e por ações intersetoriais integradas.

Ademais, a formação de profissionais que prestam atendimento ao público deve coadunar as políticas públicas com foco na qualidade social dos serviços prestados. Nesse contexto, reforça-se a importância da criação da UnDF e de seus cursos, que surgem para atender às demandas apontadas nos dados supracitados.

Considerando a justificativa exposta, os objetivos do Curso de Serviço Social se apresentam a seguir.



5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

O percurso formativo profissional deve assegurar uma sólida base teórico-metodológica e ético-política, como pressuposto decisivo para a atuação técnica e operacional, requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas.

Diante dessa concepção, propõe-se como **objetivo geral** do curso, indispensável aos assistentes sociais da UnDF:

- Investir na sólida formação de assistentes sociais para que possam atuar profissionalmente de forma consciente, intencional, propositiva, colaborativa e comprometida com a ampliação dos direitos sociais e o enfrentamento das desigualdades, considerando as dimensões intelectuais, humanistas e éticas como pressupostos decisivos.

5.2 Objetivos Específicos

Considerando o objetivo geral, os seguintes **objetivos específicos** devem ser desenvolvidos durante o percurso formativo:

- habilitar o profissional assistente social para planejar, realizar, executar e avaliar de forma processual as ações, os planos, os programas e os projetos no âmbito social, bem como planejar, monitorar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- contribuir para criar as condições necessárias para o profissional assegurar a participação dos usuários nas diferentes esferas de decisões institucionais;
- qualificar o profissional para a realização de pesquisas que produzam dados quantitativos e qualitativos para subsidiar a elaboração e formulação de políticas públicas e ações profissionais;
- oferecer aporte teórico e metodológico para o profissional assessorar e prestar consultoria a órgãos da administração pública, movimentos sociais e empresas privadas em temas vinculados às políticas sociais e ao âmbito dos direitos civis, políticos e sociais;
- subsidiar um processo formativo que habilite os profissionais na orientação aos usuários sobre a identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- fomentar a realização de visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres na esfera do Serviço Social.

- oferecer sólida formação teórico-metodológica para a compreensão sobre os elementos históricos e sociais que constituem a profissão;
- propiciar relações que fortaleçam a autonomia, a criatividade e a autoria no processo de produção do conhecimento;
- favorecer o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas concernentes à área de atuação dos assistentes sociais;
- fomentar compreensão sobre a intrínseca relação entre os elementos gerais e singulares dos processos sociais;
- oferecer subsídios para uma atuação profissional humanista, ética, estética, sustentável e socialmente responsável;
- formar assistentes sociais para atuarem de maneira articulada com as dimensões do ensino, pesquisa e extensão de forma dialógica, com vistas à transformação da sociedade;
- fomentar a compreensão sobre as culturas afro-brasileira e indígena, ressaltando o conjunto de elementos, questões e valores que integram essas temáticas e se relacionam às discussões sobre sustentabilidade, diversidade e direitos humanos;
- fortalecer os espaços e vivências que promovam a democracia participativa, o espírito de cooperação, a livre manifestação da diversidade e o respeito ao pensamento divergente.



6 PERFIL DO EGRESSO

Para delinear o perfil desejado para o egresso do curso de Serviço Social, considera-se que a prática profissional seja permeada essencialmente por vínculos humanizados entre todos os envolvidos nos processos sociais, de forma a promover o desenvolvimento integral do ser humano com o mundo do trabalho e sua atuação como sujeito histórico, cultural, social, colaborativo e criativo na constituição da sociedade.

Nessa medida, é necessário ter clareza de que:

A formação deverá abranger as ações de equacionamento, resolução de problemas e apropriação metodológica da área, permitindo ao egresso que o conhecimento e as competências adquiridos sejam mobilizados para diferentes situações porque deverá passar após o término de sua formação universitária. Além disso, deverá ser garantida uma formação humanista que permita uma atuação ética e socialmente responsável, além do desenvolvimento de competências para realizar escolhas coerentes com esses princípios. (CORTELAZZO, p. 37, 2021).

A preparação do assistente social para a sua inserção no mundo do trabalho também será permeada por esses paradigmas sociopolíticos articulados à sua qualificação profissional, associando o desenvolvimento de capacidades técnicas e científicas à consciência e à tomada de responsabilidade política. Para isso, torna-se imprescindível a experiência da autonomia nos processos sociais, o estabelecimento de relações interpessoais baseadas no respeito à diversidade e na valorização da experiência concreta dos sujeitos como pedras angulares das sociedades democráticas.

Trata-se de formar na e para a democracia, promovendo o espírito de cooperação, a livre manifestação da diversidade e o respeito ao pensamento divergente, de forma que o sujeito em formação, nos cursos promovidos pela UnDF, seja capaz de participar de todas as dimensões do seu processo formativo, contribuindo efetivamente com o fomento de uma sociedade autenticamente emancipada.

Não obstante, é preciso considerar que a indissociabilidade entre o tripé ensino, pesquisa e extensão atravessará todo o percurso formativo, propiciando, ao estudante, tornar-se protagonista de seu processo de aprendizagem e estabelecer uma interação dialógica com a comunidade local. Em função disso, como profissional, poderá atuar assertivamente, com base em suas observações e análises, para o enfrentamento dos problemas e atendimento das necessidades reais da comunidade; e ainda propor soluções criativas e concretas que colaborem para a transformação dos aspectos observados. Essa forma de intervir na realidade deverá, por sua vez,

basear-se nos princípios da inter e da transdisciplinaridade, da interculturalidade e da interprofissionalidade, um compromisso que deve ser assumido em todas as unidades curriculares, tendo, no entanto, o espaço das Habilidades Profissionais como primordial para que se efetive esse trabalho.



7 REGIME LETIVO

- Número total de vagas anuais do curso: 40
- Número de turmas: 01
- Carga horária do curso (em horas-relógio): 3.075 horas
- Período letivo: Semestral
- Tempos mínimo e máximo para a integralização do curso: Mínimo de 4 anos e máximo de 8 anos.

8 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Conforme o que se registra no Regimento Geral da UnDF e o disposto na legislação local e nacional, a admissão aos cursos de graduação desta universidade se dá mediante duas vias:

- I) Sistema de Seleção Unificada - SiSU;
- II) Processo Seletivo Simplificado, equivalente ao vestibular.

O acesso via SiSU depende do resultado obtido pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, cujo calendário de provas é definido e executado pelo Ministério da Educação - MEC, considerando os percentuais de reserva de vagas existentes na legislação.

O acesso via processo seletivo simplificado observará a classificação dos candidatos em ampla concorrência, considerados os percentuais de reserva de vagas existentes na legislação e em normas estabelecidas em edital.

9 ARQUITETURA DIDÁTICO- PEDAGÓGICA E CURRICULAR DA UnDF

9.1 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E CURRICULARES

A organização didático-pedagógica da UnDF se apresenta em consonância com os documentos que definem a sua missão e identidade na promoção de uma educação pública superior de qualidade socialmente referenciada, bem como ampara-se nos documentos legais que orientam e direcionam, em nível nacional, os cursos nela ofertados.

A presente proposta de arquitetura didático-pedagógica e curricular preza por promover o percurso formativo do estudante como um movimento de produção do conhecimento em que a teoria e a prática estejam constituídas como unidade indissociável, considerando seu caráter dialético e dialógico.

Nesse sentido, a produção do conhecimento é compreendida como um processo comprometido com a criação e a produção de ideias autônomas que gerem zonas de inteligibilidade sobre o que se aprende, desvencilhando-se das amarras da reprodução e da visão de uma realidade imutável e restrita.

Considerando-se o caráter complexo de tais proposições, os princípios filosóficos e metodológicos das práticas acadêmicas da UnDF – inovação, inclusão, interdisciplinaridade e internacionalização – coadunam com os princípios (à exceção do primeiro) trazidos pelo Parecer CNE/CES 776/97, sendo constitutivos desta arquitetura e configurando-se em diretrizes para a sua organização. (SOUZA, 2022, p. 87).

É relevante esclarecer que a relação entre docente e discente, partindo das premissas apontadas, insere-se na conjugação do ensinar e do aprender como um ir e vir implicado por saberes compartilhados e permeados pelas singularidades e experiências desses sujeitos. O que se propõe é pensar uma **arquitetura didático-pedagógica e curricular** como **instrumento político e organizador dos fazeres e saberes históricos e culturalmente produzidos** que possam expressar a diversidade de culturas, identidades, valores e memórias do contexto social em que se materializa.

Para tanto, o entendimento de currículo proposto pela UnDF passa por compreender o projeto do curso e suas peculiaridades, sua flexibilidade, seu desenho e os objetivos propostos para a formação, corroborando o delineamento de uma perspectiva formativa que abrigue a organização do trabalho pedagógico e atenda a uma proposta inter e transdisciplinar, conforme explicitado na figura 3 a seguir:

Figura 3 - Perspectiva formativa



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Cabe mencionar que as ações que direcionam a **organização do trabalho pedagógico** estão alicerçadas na complexidade, na diversidade e na singularidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humanos e nas diversas e criativas possibilidades do docente de gerenciá-las e promovê-las. (MITJÁNS; ALVAREZ, 2014; MARTÍNEZ, 2009).

O enfoque da formação parte da integração das dinâmicas sociais e contextuais nas quais os estudantes estão imersos e da forma singular como produzem sentidos e significados sobre esses espaços gerando inteligibilidade. Essa conjunção se configura em um contínuo processo de produção de conhecimento impulsionado pela problematização na tríade metodológica ação-reflexão-ação, reverberando, assim, na sua atuação nos diferentes contextos educativos e na constituição de um sujeito capaz de lidar proficientemente com os diversos desafios de sua formação profissional.

Considerando o cenário supracitado, a **perspectiva curricular** pensada para a UnDF tem como premissa um currículo em que a organização do conhecimento deve preconizar a máxima **integração dos saberes**, evitando, assim, a hierarquização dos conhecimentos e estabelecendo conexões entre as diferentes unidades curriculares.

A arquitetura curricular proposta para os cursos da UnDF compreende o currículo como um território democrático de direito à expressão de diversas vozes. Quebrar hegemonias e possibilitar que a organização curricular abrigue diferentes grupos sociais historicamente negligenciados é uma forma de dialogar com valores, culturas, etnias, histórias e toda a diversidade que colabora com a criação de identidades.

Não se pode perder de vista a dimensão do currículo como uma negociação que produz discursivamente o encontro entre os saberes culturalmente produzidos e socialmente instituídos. E, como campo de poder e disputa, legítima modos dominantes de se ver e ler o mundo como forma de controle (ARROYO, 2013). Elege-se, então, como temas transversais, **a ética, a diversidade, a cultura e o trabalho**. Assim, abre-se espaço para: acolher, compreender e aceitar o diverso; entender-se como sujeito historicamente mergulhado em uma cultura e socialmente transformado por ela; fortalecer o sentimento de pertença para então se ampliar os vínculos afetivos; compartilhar valores e princípios e democratizar o acesso ao saber.

O que se propõe, portanto, é que a organização curricular de cada curso das escolas da UnDF consiga mobilizar um conjunto de ações pedagógicas que promovam a integração de saberes e suas múltiplas relações não como um conjunto de saberes prescritivos, mas gerando reflexão, proposição e transformação.

Entende-se assim que

a universidade é, antes de tudo, o lugar da produção, compartilhamento e renovação do conjunto dos saberes, das ideias, dos valores e da cultura. A partir do momento que se pensa que esse é seu papel principal, ela surge em sua dimensão transecular; trazendo em si uma herança cultural, coletiva, que não é apenas a da nação, mas a da humanidade, ela é transnacional. (MORIN, 2015, p. 126).

Por se tratar de uma instituição que ultrapassa os seus limites físicos e que abraça a totalidade e o conjunto de saberes historicamente produzidos, é imprescindível que o currículo, que permeia a organização dos cursos das escolas da UnDF, traga uma maior articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, permitindo assim uma formação integral e ativa dos estudantes e que tenha relação com o contexto de mundo em que se vive.

Em consonância com a proposta de um **currículo integrado** e que se pretende flexível e adaptável às realidades encontradas, torna-se necessário tratar também da abordagem desse currículo voltado para a construção de competências para além de competências técnicas. Essa **orientação curricular por competências** considera que o universo educativo deve abrir mão da mera transmissão de saberes e primar pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de diferentes dimensões.

Ressalta-se a importância de não se reduzir o conceito de competências à aquisição de habilidades e destrezas ou à execução mecânica de tarefas, mas em firmar uma perspectiva de formação integral, considerando os desafios do contexto social, ambiental-ecológico e organizacional ancorados no saber ser, saber conhecer, saber fazer. (TOBÓN, 2013).

Cabe esclarecer que a escolha por formação de competências é uma abordagem que compreende a processualidade e a recursividade do estudante na sua atividade de criação e recriação dos contextos sociais de atuação, possibilitando ele dialogar permanentemente com suas escolhas e reorientá-las. Nesse sentido, Morin (apud TOBÓN, 2013, p. 35) aponta que:

[...] a sociedade produz seus membros, mas cada membro também contribui para a produção da sociedade. No processo de autorrealização, cada membro da sociedade empreende ações, performances, obras, atividades e projetos com os quais têm como responsabilidade contribuir para a melhoria da qualidade de vida tanto de si como dos outros. (tradução nossa).

Com esse olhar voltado para o desenvolvimento de competências em diferentes dimensões, os cursos da UnDF devem considerar, em seu desenho curricular, ao menos estas quatro dimensões formativas⁶: dimensão política, dimensão epistemológica, dimensão profissional e dimensão estética. Essas dimensões visam à unidade entre a teoria e a prática, ao desenvolvimento de habilidades de observação e de análise de contextos profissionais, à pesquisa, à extensão e à práxis, assim como orientam a organização de atividades curriculares articuladas à formação do estudante, promovendo a interdisciplinaridade e a transversalidade e mobilizando os diversos saberes teórico-práticos profissionais.

É necessário apontar que essa articulação não coloca à margem a processualidade do estudante; pelo contrário, dialoga com os seus saberes entendendo essa processualidade como plurideterminada, complexa e contraditória, pois coloca o discente em movimento de constante tensão e ruptura, possibilitando a tomada de consciência quanto à intencionalidade da sua ação transformadora na realidade.

9.2 Núcleo Universal da UnDF

Ajudar a construir uma universidade pública em uma época em que muito se questiona o sentido e os rumos da educação superior, considerando, dentre outros aspectos, as transformações nas formas de acesso e quantidade de informações disponíveis e as transformações no mundo do trabalho decorrentes do desenvolvimento tecnológico, não é tarefa simples. Novas profissões e atividades surgem e se modificam rapidamente na sociedade atual e, praticamente, tudo o que se propõe para a universidade, até que seja institucionalizado, corre o risco de já nascer ultrapassado.

⁶ **Política:** envolve os processos sociais pautados em uma formação humanista com o intuito de religar os saberes, reconhecer-se como ser político, ético, sócio-histórico e cultural;

Epistemológica: envolve os processos bioantropológicos destacando o desenvolvimento humano e a produção de conhecimento;

Profissional: envolve a constituição do profissional implicada em uma prática consciente e intencional na compreensão e organização do seu trabalho;

Estética: envolve o pensamento criativo, a imaginação e o olhar sensível, envolto pela decência e beleza sobre si, o outro, o meio, a relação ética e crítica com o mundo e a realidade.

Apesar de o sonho de uma universidade distrital para o DF ter surgido muito antes de sua institucionalização, conforme registrado no capítulo sobre o Histórico da UnDF⁷, implantar, de fato, essa universidade fez-se uma tarefa ainda mais complexa quando ocorrida em um contexto mundial de pandemia, que trouxe a urgência de repensar os sentidos, os significados e as rotinas dos espaços formativos. Nesse contexto, em pleno século XXI, é mister considerar que o acesso às informações foi ampliado e que novas tecnologias inserem, a cada dia, mais inovações no cotidiano da sociedade, portanto modificaram-se as formas de as pessoas se relacionarem entre si e com as informações, o que exige novas habilidades e conhecimentos.

Buscando considerar as necessidades identificadas para o contexto atual, e ainda trabalhar para a promoção e o desenvolvimento sustentável e responsável das pessoas e da RIDE, a UnDF se imbuí da missão de investir nas áreas que estatisticamente carecem de profissionais qualificados, além de ter o compromisso de ser uma instituição inovadora, inclusiva e em que se coloca o desafio de viver a transdisciplinaridade⁸.

Para que se caminhe constantemente rumo a essa promoção e desenvolvimento almejados, o olhar para o estudante que chega na universidade precisa ser carregado de singularidade; é, então, imprescindível que se enxergue cada sujeito ingressante como alguém dotado de história, que carrega uma visão de si e de seus potenciais, dificuldades, desejos, capacidades e limites. É necessário que ele seja considerado e respeitado como um sujeito que aprende e que se constitui nessas tramas por ser um sujeito epistêmico. Na perspectiva de que todos aprendem e são dotados de processos próprios, individuais e subjetivos tanto de aprender como de expressar saberes, constrói-se ou renova-se a esperança nas superações por meio de aprendizagens solidárias.

Esse ambiente comum de construção de aprendizagens se coloca como promotor do desenvolvimento não apenas profissional e acadêmico dos estudantes, mas também humano, permitindo, assim, de forma gradativa e aprofundada, o seu engajamento às proposições didático-pedagógicas construídas e promovidas no espaço e tempo partilhados. A decisão de oportunizar uma educação superior para construção e desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e responsável trouxe, principalmente, a necessidade de se investir em um espaço de promoção da formação profissional em sua **dimensão humana**.

Nesse ambiente, preza-se pelo pensar e refletir sobre a complexidade do ser humano e de seus caminhos distintos e diversos, da sociedade, da cultura, dos territórios, das informações e pelas relações entre esses sistemas e a profissão escolhida. Isso corrobora o fortalecimento da formação integral do sujeito, enquanto se respeita e se promove a multidimensionalidade do sujeito que aprende.

⁷ CEBRASPE, 2022.

⁸ A transdisciplinaridade é um modo de abordagem do real que não apenas ultrapassa e supera os recortes disciplinares, mas que possui abordagem totalizante e construída coletivamente, sem hierarquização entre as diferentes formas de problematização ou experimentação (CORTELAZZO, 2021, p. 31).

Com base nisso, o objetivo geral do Núcleo Universal é constituir-se como ponto de encontro de conhecimentos que atravessem transdisciplinarmente os aspectos históricos, sociais, culturais, metodológicos e filosóficos que permeiam a realidade social dos estudantes, com desejos e necessidades diferenciadas, no intuito de promover a produção de novos sentidos e significados sobre o que se aprende e o que se ensina, com vistas ao fortalecimento da perspectiva crítico-emancipatória e humanista de formação da UnDF.

Como objetivos específicos, busca-se: I - Evidenciar os aspectos histórico, social, político, econômico, tecnológico, filosófico, científico e artístico-cultural constitutivos da produção de conhecimentos; II- Relacionar esses conhecimentos à produção de novos saberes e à resignificação dos contextos profissionais e de vida dos discentes; III - Fomentar proposições didático-pedagógicas problematizadoras para a formação de sujeitos reflexivos, autônomos e investigativos, numa perspectiva transdisciplinar; IV - Promover o desenvolvimento sustentável e responsável das pessoas e do Distrito Federal e RIDE, numa concepção de formação educacional emancipadora, com vistas à construção de uma sociedade solidária e plenamente justa e democrática.

Ao desenvolver as unidades curriculares deste Núcleo, então, pretende-se que os estudantes se aproximem do contexto histórico da construção do conhecimento científico e da forma como esses saberes são fundantes na produção de outros para que, cada um, em sua trajetória de vida, tenha a responsabilidade de reverberar o que se tem aprendido, contribuindo, assim, na qualificação de seus contextos profissionais e de vida, o que corrobora o desenvolvimento sustentável do DF e RIDE.

A Escola de Educação, Magistério e Artes - EEMA é responsável pela proposição e oferta do Núcleo Universal na UnDF, sendo o ponto de confluência com as demais Escolas que integram os Centros Interdisciplinares da UnDF. Nesse contexto, a EEMA impulsiona a organicidade do processo formativo dos estudantes, integrando as mais diversas áreas de formação e promovendo a troca e o reconhecimento do outro no desenvolvimento humano como parte constitutiva desse processo.

Importante destacar ainda que, para definição desse Núcleo Universal, foram realizadas pesquisas de diferentes propostas e matrizes curriculares de instituições de educação superior brasileiras, buscando definir, dessa forma, um conjunto de conhecimentos que pudessem ser considerados nas diversas áreas de formação. Essa construção necessariamente precisava ser coerente com os pressupostos teóricos da UnDF, que tratam o sujeito e a sociedade na perspectiva da complexidade, procurando acomodar a diversidade de saberes, os desejos e os anseios de cada sujeito, suas percepções sobre si e sua conexão com o outro no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Para melhor se ajustar à carga horária dos diferentes cursos, foi estabelecida, como proposta do Núcleo Universal da UnDF, uma quantidade mínima de unidades curriculares a serem oferecidas por curso. Isso, no entanto, não limita a liberdade dos cursos de apresentarem um acervo ampliado de unidades curriculares **eletivas**,

a fim de possibilitar escolhas diferenciadas pelos estudantes, para seu percurso formativo, motivadas por suas necessidades ou vontades. Em termos práticos, como proposta de um núcleo universal, então, existe uma **carga horária mínima** definida tanto para os cursos de bacharelado como para os de licenciatura e tecnológicos, com suas unidades curriculares obrigatórias e eletivas. Essa organização, portanto, deverá estar explícita na matriz curricular de cada curso.

Quadro 2 - Unidades curriculares do Núcleo Universal

Núcleo Universal UnDF- Unidades Curriculares obrigatórias e eletivas Curso de Pedagogia		
	Unidades Curriculares	CH
Obrigatórias	Metodologias Problematizadoras I (semestre I dos cursos diurnos e noturnos)	20H
	Culturas Digitais (semestre I dos cursos diurnos) (Semestre II dos cursos noturnos)	60H
	Desenvolvimento Humano (semestre II dos cursos diurnos e noturnos)	60H
	Metodologias Problematizadoras II (semestre III dos cursos diurnos) (Semestre IV dos cursos noturnos)	40H
	Cultura e Sociedade no Planalto Central (semestre I dos cursos diurnos) (Semestre III dos cursos noturnos)	40H
Eletivas	Pensamento filosófico na construção do conhecimento	80H
	Corpo e Movimento	80H
	Multiculturalismo e Subjetividade	80H
	Formação Social Brasileira	80H
	Antropologia e Sociedade Contemporânea	80H
	Arte	80H
	Inglês Básico	80H
	Sustentabilidade	80H
	Vida, Bem-estar e HumanizaÇÃO	80H
	Libras (nível básico)	80H

Fonte: Elaboração própria, 2023.

10 DESENHO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

10.1 Matriz Curricular

O curso de Serviço Social será ofertado no turno noturno e terá duração mínima de 10 (dez) semestres letivos. Respeitando a legislação atual⁹, que dispõe a carga horária mínima de 3.000 horas para o curso de Serviço Social, a carga horária proposta neste PPC é de 3.075 (três mil e setenta e cinco) horas.

Quadro 3 - Organização da carga horária do curso

Carga Horária									
Semestre	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	Total
	400h	400h	390h	370h	400h	395h	335h	385h	3.075h
Ano	1° ano: 800h		2° ano: 760h		3° ano: 795h		4° ano: 720h		3.075h

Considerando a Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, que estabelecem as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, a organização curricular será sustentada por **03** (três) núcleos de conhecimentos específicos que objetivam assegurar a solidez da formação profissional. Esse tripé está estruturado da seguinte maneira:

a) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social - que engloba os fundamentos que permitem conhecer o ser social na sociedade em que vivemos, com destaque para os elementos teórico-metodológicos e ético-políticos.

As unidades curriculares que integram essa área são: Teoria Social e Política; Antropologia e Serviço Social; Infância, Adolescência e Direitos Sociais; Estado, Classes e Organizações Sociais; Relações Sociais, Família e Serviço Social; Gênero, Raça/Etnia e Políticas Sociais; Envelhecimento e Políticas Sociais.

⁹ Resolução CNE/CES 2, de 18 de junho de 2007 - que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado na modalidade presencial.

b) Núcleo de fundamentos da formação social brasileira - reúne os saberes necessários para o conhecimento da formação social brasileira, com ênfase no histórico, na realidade atual e nas tendências de desenvolvimento da sociedade.

As unidades curriculares que integram essa área são: Economia Política e Serviço Social; Direitos Sociais, Estado e Legislação; Trabalho e Questão Social no Brasil; Política Social I; Identidades Culturais no Brasil; Política Social II; Tópicos Especiais em Serviço Social I (Previdência Social); Tópicos Especiais em Serviço Social II (Saúde Pública); Direitos Humanos no Brasil; Tópicos Especiais em Serviço Social III (Educação); Trabalho e Sociabilidade.

c) Núcleo de fundamentos da ação profissional - estão integrados os itens que compõem o processo histórico do Serviço Social, com destaque para os elementos teóricos, metodológicos e técnicos. No que tange ao exercício profissional, ressaltam-se a pesquisa, o planejamento e as Unidades Curriculares Práticas: Habilidades Profissionais em Serviço Social (HPSS) e os Estágios Supervisionados.

As unidades curriculares que integram essa área são: Introdução ao Serviço Social; HPSS 01 - Habilidades Profissionais em Serviço Social; HPSS 02 - Habilidades Profissionais em Serviço Social; HPSS 03 - Habilidades Profissionais em Serviço Social; HPSS 04 - Habilidades Profissionais em Serviço Social; Pesquisa Social; HPSS 05 - Habilidades Profissionais em Serviço Social; Prática Profissional; Ética Profissional; HPSS 06 - Habilidades Profissionais em Serviço Social; Técnicas de Intervenção Social; Estágio Supervisionado I; Orientação e Treinamento Profissional I; Análise de Políticas e Indicadores Sociais; Estágio Supervisionado II; Planejamento, Administração e Gestão de Projetos em Serviço Social; Estágio Supervisionado III; Seminário e Orientação de TCC I; Análise de Políticas e Indicadores Sociais II; Seminário e Orientação de TCC II.



Quadro 4 - Resumo da Matriz Curricular

Resumo da Matriz Curricular - Serviço Social	
Modalidades	Carga Horária
1. Núcleo Universal	380h
2. Núcleos Específicos:	
2.1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social - FTMVS	460h
2.2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira - FFSHSB	620h
2.3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional - FTP	- Unidades curriculares
	- HPSS: Habilidades Profissionais em Serviço Social
	- Estágios Supervisionados
	- Seminários e Orientação de TCC
	1.365h
3. Atividades Complementares - AC	250h
4. Extensionalização do Currículo	315h¹⁰
Total do Curso	3.075h

Quadro 5 - Desenho da Matriz Curricular

LEGENDA	
Núcleo Universal	Núcleo Universal
FTMVS	Núcleo Comum da Psicologia
FFSHSB	Estágio Básico
FTP	Estágio Específico
AC	Atividades Complementares
Extensionalização do Currículo	Extensionalização do Currículo

Fonte: Elaboração própria, 2023.

¹⁰ A carga horária da extensão consta dentro da carga horária das unidades curriculares, conforme especificado no Desenho Curricular logo mais adiante no texto.

Quadro 6 - Organização semestral das unidades curriculares

1º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
Núcleo Universal	Metodologias Problemadoras I	20h	400h
FTP	Introdução ao Serviço Social	60h	
FTMVS	Teoria Social e Política	80h	
FTMVS	Antropologia e Serviço Social	60h	
AC	Atividades Complementares	120h	
FTP	* HPSS 01 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	

2º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
FTMVS	Infância, Adolescência e Direitos Sociais	60h	400h
FTMVS	Política Social I	80h	
AC	Atividades Complementares	20h	
FFSHSB	Economia Política e Serviço Social	60h	
Núcleo Universal	Culturas Digitais	60h	
Núcleo Universal	Desenvolvimento Humano	60h	
FTP	* HPSS 02 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	

3º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
Núcleo Universal	Cultura e Sociedade no Planalto Central	40h	390h
FFSHSB	Direitos Sociais, Estado e Legislação	60h	
FFSHSB	Trabalho e Questão Social no Brasil	60h	
FTMVS	Estado, Classes e Organizações Sociais	80h	
FTP	Análise de Políticas e Indicadores Sociais	50h	
FTMVS	Tópicos Especiais em Serviço Social I (Previdência Social)	40h	
FTP	* HPSS 03 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	

4º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
FTMVS	Relações Sociais, Família e Serviço Social	60h	370h
Núcleo Universal	Metodologias Problematizadoras II	40h	
FTP	Pesquisa Social	60h	
FTMVS	Tópicos Especiais em Serviço Social II (Saúde Pública)	40h	
AC	Atividades Complementares	110h	
FTP	* HPSS 04 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	

5º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
FTMVS	Identidades Culturais no Brasil	60h	400h
FTP	Ética Profissional	60h	
FTMVS	Gênero, Raça/Etnia e Políticas Sociais	60h	
FTMVS	Política Social II	60h	
FTMVS	Tópicos Especiais em Serviço Social III (Educação)	40h	
FTMVS	Envelhecimento e Políticas Sociais	60h	
FTP	* HPSS 05 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	

6º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
FTMVS	Direitos Humanos no Brasil	60h	395h
Núcleo Universal	Eletiva I	80h	
FTP	Prática Profissional	60h	
FTP	* HPSS 06 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	
FTP	* Estágio Supervisionado I	135h	

7º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
FTP	* Orientação e Treinamento Profissional I	50h	335h
FTP	* Planejamento, Administração e Gestão de Projetos em Serviço Social	60h	
FTP	Seminário e orientação de TCC I	30h	
FFSHSB	Trabalho e Sociabilidade	60h	
FTP	* Estágio Supervisionado II	135h	

8º semestre			
Modalidade	Unidade curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária total do semestre
Núcleo Universal	Eletiva II	80h	385h
FTP	* Técnicas de Intervenção Social	60h	
FTP	Análise de Políticas e Indicadores Sociais II	80h	
FTP	* Estágio Supervisionado III	135h	
FTP	Seminário e orientação de TCC II	30h	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quadro 7 - Extensionalização do Currículo

Extensionalização do Currículo - Serviço Social (Noturno)			
Unidade Curricular	Carga horária total da unidade	Carga horária de extensão	Total da carga horária de extensão por ano
HPSS 01 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	20h	40h
HPSS 02 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	20h	
HPSS 03 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	20h	40h
HPSS 04 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	20h	
HPSS 05 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	20h	40h
HPSS 06 - Habilidades Profissionais em Serviço Social	60h	20h	
Técnicas de Intervenção Social	60h	30h	110h
Estágio Supervisionado I	135h	30h	
Orientação e Treinamento Profissional I	50h	20h	
Estágio Supervisionado II	135h	30h	
Planejamento, Administração e Gestão de Projetos em Serviço Social	60h	30h	85h
Estágio Supervisionado III	135h	55h	
Total da carga horária de extensão			315h
<p>Observações: As horas destinadas à extensão:</p> <p>I - Fazem parte da carga horária de algumas unidades curriculares e poderão atender às modalidades previstas na Resolução CNE/CP n.º 07/2018 (programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e/ou prestação de serviços).</p> <p>II - Buscam atender às diretrizes de articulação ensino/pesquisa e extensão, a interação dialógica entre academia e sociedade, a formação cidadã interprofissional e interdisciplinar, considerando as vivências dos estudantes devidamente integradas à matriz curricular durante o processo formativo.</p>			

Fonte: Elaboração própria, 2023.

11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Na realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o estudante deverá demonstrar as competências, habilidades e atitudes desenvolvidas ao longo do processo formativo. É necessário, ainda, apresentar a capacidade de solucionar problemas, desenvolver estratégias inovadoras, pesquisar, analisar, comparar, conectar temas interdisciplinares, transdisciplinares, multidisciplinares e multiprofissionais, construídos em seu processo de formação.

Após a realização e aprovação da banca examinadora do trabalho, o estudante deve depositar sua produção em bases de dados ou repositório, internamente, na UnDF; e, externamente, em outras bases de dados e repositórios, servindo como fonte de estudos e pesquisas a outros estudantes ou profissionais da área.

O desenvolvimento do TCC deve ser condizente com o perfil do egresso do curso de Serviço Social. Para melhor desenvolvimento desse trabalho, o estudante será acompanhado e supervisionado por um professor orientador.

Na elaboração do TCC, o orientador deverá pactuar com o estudante os elementos acadêmicos que devem compor esse trabalho final. No entanto, os itens a seguir são imprescindíveis e devem ser detalhados pelo estudante: justificativa; objetivos; critérios; procedimentos metodológicos; mecanismos de avaliação e considerações finais. Ressalta-se, ainda, que o orientador atua como um mediador desse processo de construção do TCC, acompanhando o estudante ao longo de todo o desenvolvimento, e não apenas na fase final do trabalho.

É importante destacar que a carga horária destinada à realização das atividades do TCC contará para a integralização da carga horária total do curso, devendo ser respeitados os limites previstos nas normativas existentes.

12 PRÁTICAS: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E HABILIDADES PROFISSIONAIS

As Habilidades Profissionais em Serviço Social (HPSS) e os Estágios Supervisionados (ES) são consideradas unidades curriculares práticas. A realização dessas unidades deve considerar o conhecimento científico, a prática e o engajamento profissional. Destaca-se, ainda, que as dimensões epistemológica, profissional, política e estética da UnDF são fundamentais para o desenvolvimento dessas competências e habilidades específicas na unidade curricular em questão.

Por serem unidades curriculares práticas, as HPSS e os ES estarão estreitamente articulados entre si e poderão estar articulados com programas externos. Essa articulação garantirá o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários ao profissional da área, de forma que estabeleça a unidade entre teoria e prática, articule experiências vivenciadas nos espaços de atuação, e que os conhecimentos aprendidos no curso convirjam para aprendizagens contextualizadas.

É relevante salientar desde o início que, para o desenvolvimento dessas unidades curriculares práticas, é necessário que se cumpram os seguintes princípios filosóficos e metodológicos norteadores: inovação, inclusão, interdisciplinaridade e internacionalização. (SOUSA, 2022.)

Portanto, essas unidades curriculares práticas deverão proporcionar ao estudante uma experiência realmente imersiva no contexto em que se vai atuar do início ao fim do curso para que ele se aproprie dos vários elementos envolvidos no exercício da profissão.

A oferta e o desenvolvimento das unidades curriculares práticas devem observar a compatibilidade de horário entre a jornada de atividades do estudante, os horários de aula, o horário de funcionamento da escola/campo e os horários de trabalho do corpo docente.

É responsabilidade do coordenador do curso conferir essas informações e documentações no início de cada período letivo e submeter, ao coletivo docente, para apreciação e validação, a lista de instituições em que poderão ser desenvolvidas as unidades curriculares práticas de cada ano.

Observa-se que cada unidade curricular prática será conduzida por um docente que assumirá papel de orientador. Assim, ele será responsável por:

- Mediar os processos de aprendizagem do estudante e do preceptor, observando a convergência entre teoria e prática;
- assegurar o desenvolvimento contextualizado de habilidades práticas (saber-fazer) e de convívio (atitudes);
- articular as práticas com os núcleos universal e específico;
- realizar a avaliação, a autoavaliação e o desenvolvimento das unidades curriculares práticas preconizadas neste PPC, bem como a consolidação da natureza interdisciplinar e dialógica da formação;
- supervisionar os estagiários, selecionar, orientar e avaliar os preceptores.

O estudante deverá ser estimulado, desde o início do curso, a exercer a proatividade, a autonomia e a gestão do próprio aprendizado, para que se assuma responsável por planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas, bem como avaliar o desempenho do orientador e do preceptor.

Em conjunto com o orientador, o preceptor será corresponsável por acompanhar e orientar o estudante em suas atividades, disponibilizando, para o orientador, relatórios mensais com a frequência e a avaliação parcial do desenvolvimento do estudante, a autoavaliação e sugestões de alteração dos planos de trabalho, quando houver.

Os critérios de avaliação do desenvolvimento do orientador, do preceptor e do estudante nas unidades curriculares práticas serão definidos pela própria equipe de trabalho ou pelo colegiado do curso, sendo claramente explicitados nos planejamentos, nos planos de ensino e nos planos de atividades, e terão caráter flexível de acordo com as necessidades de aprimoramento do processo de aprendizagem.

A oferta das unidades curriculares práticas está organizada de acordo com as habilidades necessárias para o exercício nos vários espaços de atuação do futuro profissional, de modo que o estudante sinta-se mais seguro. E, para maior compreensão do contexto de atuação, um percentual das atividades de extensão estará integrado às unidades específicas de Habilidades Profissionais em Serviço Social como forma de interação dialógica vinculada às necessidades da sociedade e do percurso formativo, de modo a materializar os conhecimentos para além dos limites institucionais.

A carga horária do Estágio Supervisionado corresponde a 13% da carga horária total do curso, ou seja, 405 horas, divididas em 03 (três) unidades curriculares. É necessário destacar que a oferta dos estágios estará diretamente relacionada ao grupo de docentes da instituição e suas áreas de atuação, buscando ao máximo qualificar o acompanhamento do estudante ao longo de sua execução, otimizando tanto o trabalho do professor orientador/supervisor quanto do estudante.

Considerando como referência a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2009), deve-se prever que

as atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado proporcionem, ao estudante, a vivência prática na realidade profissional e tenham, na sua composição, no mínimo, os seguintes objetivos:

- favorecer o processo de aprendizagem, a partir da inserção nos cenários profissionais;
- propiciar a articulação entre teoria e prática, de acordo com os conhecimentos adquiridos;
- oportunizar o crescimento técnico e científico integrado com distintas áreas de atuação;
- incentivar a produção de conhecimentos e a análise crítica, a partir da atuação profissional;
- subsidiar o desenvolvimento da capacidade de analisar, planejar, diagnosticar e executar projetos e programas afins;
- incentivar a criação de projetos de intervenção que assegurem atuação ativa do estudante em situações concretas da sua futura profissão;
- estimular a proposição de resoluções para problemas diagnosticados, a partir da observação e análise da realidade.

Por fim, ressalta-se que os marcos legais utilizados como referência estão descritos a seguir:

Marcos Legais do Estágio Supervisionado

Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - dispõe sobre estágio de estudantes.

Lei Federal 8.662, de 07 de junho de 1993 - dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008 - regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS n.º 273, de 13 março de 1993 - que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.



13 MODOS DE APRENDIZAGENS

Assumir a complexidade e a singularidade do processo de aprendizagem implica compreendê-lo como uma produção subjetiva não linear, dinâmica e plurideterminada. A organização do ambiente social em que as situações de aprendizagem ocorrem precisa oportunizar, estimular e mobilizar os diferentes modos de se produzir conhecimento, acolhendo múltiplas experiências e saberes.

O desenvolvimento das atividades curriculares exige o planejamento de ações que impulsionem as diferentes possibilidades de expressão do sujeito, sejam elas no seu movimento individual ou coletivo. Os percursos peculiares envolvidos no movimento do processo de aprendizagem consideram a perspectiva da estrutura de modos de aprendizagem elaborada pelo professor Richard Elmore, da Harvard Graduate School of Education, como possibilidade de favorecer o desenvolvimento do estudante em sintonia com as suas necessidades e os anseios envolvidos nesse caminho. A estrutura proposta pelo professor Elmore parte da forma como os sujeitos se colocam diante dos desafios/enfrentamentos do processo de produção do conhecimento. Com base nessas contribuições, os modos de aprendizagem podem ser compreendidos em quatro quadrantes, a saber:

Quadro 8 - Modos de aprendizagem

HIERARQUIA INDIVIDUAL	DISTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL
<p>Centra-se no docente como orientador do processo. O estudante é responsável por gerir as suas aprendizagens. Há uma estrutura sequencial na apresentação do objeto de conhecimento atendendo a uma ordem cronológica.</p>	<p>O estudante regula o seu processo de aprendizagem e faz as suas escolhas (objetos, fontes, meios e objetivos) partindo de suas necessidades. Não existe a necessidade de um ambiente físico formal.</p>
HIERARQUIA COLETIVA	DISTRIBUIÇÃO COLETIVA
<p>O foco é na atividade em grupo, ainda que direcionada pelo docente. O objetivo é a colaboração e o desenvolvimento socio-cognitivo.</p>	<p>Prevalece a aprendizagem em rede fortalecida em interesses comuns. A exploração e profundidade do que se aprende parte do desejo da comunidade de aprendizagem. A troca de ideias e experiências, a colaboração, a cooperação, o fazer e aprender junto envolve interesses comuns entre todos os estudantes.</p>

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ressalta-se que a aprendizagem é fortalecida quando é possível se conectar com a forma mais confortável de se aprender, sem desvalorizar ou diminuir a importância do ser, conviver e fazer mediados pelas relações humanas. Por isso, o **cuidado no planejamento e proposições de ações que contemplem diferentes modos de aprender, diferentes modos de interagir, diferentes modos de se colocar em ação e de se produzir conhecimentos tornam-se imprescindíveis.**

O importante é que cada um se encontre e consiga transitar em variadas possibilidades de se produzir conhecimento, para além do aprender como ação individual, passiva ou reprodutiva. Destarte, a organização dos tempos e espaços em que ocorrem as situações de aprendizagem, nos cursos promovidos pelas escolas da UnDF, deverá ser planejada de modo que promova o envolvimento e o contato dos estudantes com todos os quadrantes propostos.

13.1 Organização dos tempos e dos espaços para as aprendizagens

A organização do trabalho pedagógico nas escolas superiores da UnDF começa pela compreensão de que os tempos e espaços para as aprendizagens precisam ser pensados para o desenvolvimento integral do estudante.

A rotina pedagógica vivenciada semanalmente pelos discentes procura, então, imergi-los no desenvolvimento de atividades convidativas à reflexão teórico-prática que coloquem em jogo os seus saberes na produção de novos conhecimentos. Como parte da proposta curricular dos cursos promovidos na UnDF, na perspectiva de fortalecer as metodologias problematizadoras, o tempo de aula será distribuído em diferentes atividades que deem espaço para todos os tipos de aprendizagens.

Uma proposta em que se pretenda romper com a estaticidade e inércia estabelecida na sala de aula constituída de maneira tradicional, há de considerar a pulsação histórica e singular que se manifesta quando um conjunto de pessoas se agrupa em um espaço privilegiado de negociações, produzindo sentidos e significados inundados por vários olhares, culturas e emocionalidades presentes e passadas.

Nessa perspectiva, os encontros vivenciados pelos sujeitos aprendentes se constituem como espaços fundamentais que viabilizam a construção de conhecimentos pluriculturais e o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem pautado em movimentos de significação que impulsionam a colaboração, o diálogo e a produção do conhecimento comprometidos com a autonomia, a autorregulação e o protagonismo do sujeito.

Nesse espaço e tempo, a ação docente consiste em: facilitar as aprendizagens, nutrendo possibilidades relacionais; organizar o ambiente social, tornando-o acolhedor e favorecedor do desenvolvimento humano e de emocionalidades; levantar as necessidades dos sujeitos que aprendem para a proposição de situações de aprendizagem desafiadoras planejadas intencionalmente e contextualizadas para que corroborem no processo de significação dos conhecimentos. (TUNES; TACCA; BARTHOLO JR, 2005).

O espaço de aprendizagens pode se configurar em formas múltiplas e diferenciadas de interatividade a fim de que, nele, o estudante ocupe seu papel como protagonista e, de forma ativa, faça novas descobertas, compartilhe seus saberes, ouça seus pares, partilhe anseios e desejos, ache lugar para a curiosidade, desenvolva sua criatividade, tenha oportunidade de ampliar seus conhecimentos e se desenvolva em seu percurso formativo.

[...] para o professor empenhado em promover a aprendizagem de seu aluno, há o imperativo de penetrar e interferir em sua atividade psíquica, notadamente seu pensamento. Essa necessidade antecede a tudo e, por isso mesmo, dirige a escolha dos modos de ensinar, pois sabe o professor que os métodos são eficazes somente quando estão, de alguma forma, coordenados com os modos de pensar do aluno. (TUNES; TACCA; BARTHOLO JR., 2005, p. 691)

Importante salientar que, seja qual for a atividade desenvolvida com o estudante, a fim de que se alcancem os objetivos de aprendizagem propostos, sempre se partirá dos conhecimentos já construídos por ele. Em toda a proposição feita em ambientes relacionais em que ocorram as aprendizagens, há de se promover espaço para, antes da problematização e instrumentalização, trazer, em discussão, o conhecimento sincrético dos estudantes, ou seja, o senso comum, o que eles já sabem sobre os assuntos apresentados.

Dessa forma, a partir dessa contextualização, da identificação dos saberes iniciais do educando, propõe-se avançar para a (re)elaboração do conhecimento teórico, buscando-se, assim, despertar uma consciência crítica enquanto se interliga a prática social do estudante com a teoria no intuito de melhorar a qualidade da sua formação. (GASPARIN, 2012).

13.2 Espaço/tempo para a pesquisa e a produção científica

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação. (PERRENOUD, 2001, p. 125).

A chegada ao ensino superior precisa gerar proximidade do estudante com outras formas de se acessar e produzir conhecimento. Os saberes científicos guardam uma estrutura específica com expressões e características próprias que necessitam ser desenvolvidas pelo estudante, portanto, ler, interpretar e produzir textos acadêmicos são habilidades imprescindíveis nesse contexto. Dispor de estratégias que possibilitem ao estudante compreender essa nova forma de comunicar saberes e produzi-los é uma maneira de repertoriá-lo nesse processo e minimizar as lacunas da educação básica.

Na perspectiva de fortalecer a identidade do estudante como um pesquisador e produtor de novos conhecimentos, a leitura, a pesquisa e a produção científica se-

ção incentivadas e promovidas durante toda a sua trajetória formativa, pois entende-se que, com o desenvolvimento gradativo dessas habilidades, o estudante terá melhores condições e proficiência na produção científica.

É necessário apontar o papel da produção acadêmica como espaço/tempo de se exercitar o saber científico à luz de todo o repertório teórico produzido ao longo da jornada acadêmica. A produção acadêmica é um instrumento constitutivo do processo formativo, pois oportuniza, ao estudante, transitar e dialogar com diversas áreas do conhecimento.

Vale destacar que esse momento será amparado por estudos e métodos científicos, possibilitando ao estudante investigar, refletir, analisar, avaliar, propor, discutir, produzir dados e informações e revisar as referidas soluções, de acordo com a rigorosidade e a exatidão características de tais métodos, desenvolvendo suas produções com propriedade e autonomia autoral.

13.3 O HPE como espaço/tempo privilegiado para a pesquisa e o estudo

Uma proposta pedagógica em que se acredita no protagonismo do estudante como pesquisador e produtor de saberes precisa conectar-se com metodologias problematizadoras coordenadas com as necessidades dos estudantes para que instiguem a curiosidade epistemológica e provoquem a produção de informações para se interpretar a realidade. A promoção de espaços e tempos que corroborem a autonomia no processo de investigação para fundamentar discussões e colaborar na produção do conhecimento constitui-se na possibilidade de impulsionar significativamente as aprendizagens.

Nessa perspectiva, o HPE se apresenta como uma possibilidade de espaço/tempo previsto em carga horária dos cursos para o estudante autorregular o seu próprio processo de aprender, fazer escolhas sintonizadas às suas necessidades e anseios e, dessa forma, tornar-se concretamente protagonista do seu desenvolvimento pessoal.

Importante destacar ainda que esse tempo de HPE pode ser desfrutado em vários ambientes de aprendizagem, sejam eles a própria casa do estudante ou os espaços acadêmicos físicos e virtuais em que se trabalhe uma diversidade de objetos de conhecimento e se elejam parcerias que podem ancorar e colaborar com a construção de saberes.

Nesse tempo/espaço de aprendizagem, espera-se que o estudante:

- organize seus registros (roteiro de sistematização ou outro material) referentes a toda discussão feita em aula sobre os conteúdos/assuntos tratados e aquilo que julgar pertinente e colabore com as suas elaborações;
- identifique as suas necessidades de aprendizagens e saiba fazer escolhas assertivas e sintonizadas ao que ainda precisa saber;
- sistematize as suas construções para poder compartilhar, em sala, com seus pares e docentes, as descobertas feitas a partir dos seus estudos e investigações;

- busque, em endereços confiáveis, artigos e outras produções acadêmicas/científicas que ofereçam fundamentação teórica para que compreenda melhor o objeto de estudo e, assim, amplie seus conhecimentos;
- desenvolva a capacidade de gerir o tempo, usando-o de modo consciente para planejar e organizar as diversas atividades de sua rotina.

13.4 O espaço/tempo para a prática

Para todos os cursos da UnDF, a prática é elemento fundamental a fim de que se desenvolvam competências necessárias à formação profissional dos estudantes. Excluindo-se do cenário de prática, seja simulado ou real, o estudante ficará limitado ao “saber saber”, restrito ao campo do cognitivo, sem, tampouco, ter a oportunidade de fazer uso de todos os conhecimentos construídos, de vê-los existindo no contexto à medida que os coloca em jogo e de evidenciar a proficiência de suas construções.

O espaço da prática precisa ser visto como oportunidade ímpar para observação, ação e reflexão, oferecendo possibilidades de interações respeitadas com os pares do contexto profissional e contribuições para o mundo do trabalho.

Visando promover uma formação em que efetivamente se trabalha com a integração teoria e prática, **as unidades curriculares voltadas para a prática serão desenvolvidas desde o primeiro ano do curso**, dialogando com todos os conteúdos/ assuntos trabalhados nas demais unidades. Como proposta de atividades práticas, os cursos podem se organizar com unidades curriculares como as **Habilidades Profissionais** e o **Estágio Supervisionado**, devendo-se respeitar o que está previsto nas DCNs e normativas de cada curso.



14 ABORDAGEM METODOLÓGICA DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A organização do trabalho pedagógico no curso de Serviço Social sedimenta-se no âmbito das metodologias problematizadoras de ensino-aprendizagem. Essa concepção pedagógica baseia-se no estímulo à autonomia e protagonismo do discente, que se vê como agente de transformação social. Nesse sentido, a metodologia prevê o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras nas quais, por meio da análise e discussão de problemas e da busca por soluções originais, fomenta-se a responsabilidade social, política e ética do educando.

Nessa perspectiva, a aprendizagem do estudante deverá estar baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, de modo a fortalecer uma atuação comprometida com as necessidades apresentadas pela realidade imediata, tecendo conexões com as necessidades na área do Serviço Social.

As metodologias problematizadoras dinamizam o ensino e a aprendizagem e cumprem o papel de transportar, para a sala de aula ou espaços de aprendizagens, as experiências, as vivências e os conhecimentos que promovam aprendizagens articuladas, possibilitando estudos de caso, a inter e transdisciplinaridade¹¹ e, principalmente, a integração com o mundo do trabalho e com o campo de atuação.

As intensas transformações que vêm ocorrendo no mundo e na sociedade brasileira devem ter reflexos nas instituições de ensino e nos processos de ensino-aprendizagem. A velocidade das mudanças, no contexto atual, exige respostas também rápidas e eficazes, tendo em vista as demandas dos discentes em relação ao mundo do trabalho, que se dinamiza rapidamente impulsionadas pelos avanços tecnológicos, principalmente no campo das tecnologias digitais.

Nessa proposta, o currículo do curso agrega as Habilidades Profissionais em Serviço Social que permitem a aproximação dos estudantes com os processos específicos do saber fazer profissional por intermédio da problematização e da articulação da realidade com os serviços e a comunidade, nos moldes da pedagogia concebida por Paulo Freire. Como observado, a HPSS valoriza o mundo real do trabalho enquanto elemento fundamental da aprendizagem ativa e significativa e pode desenvolver-se

¹¹ A transdisciplinaridade é um modo de abordagem do real que não apenas ultrapassa e supera os recortes disciplinares, mas possui abordagem totalizante e construída coletivamente, sem hierarquização entre as diferentes formas de problematização ou experimentação (CORTELAZZO, 2021, p. 31).

de diversas formas, sendo uma delas através do *Arco de Maguerez*¹². Essas informações são indutoras dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito da escola.

Nessa perspectiva, a extensão permeia a rotina pedagógica, e a universidade atua para contribuir com a solução dos problemas apresentados nos cenários reais do campo profissional, os quais apontam os conhecimentos e competências necessários à formação na área. As HPSS requerem a presença de atores no campo de trabalho, denominados preceptores, responsáveis por acompanhar os estudantes na execução das atividades e serviços propostos, tornando-se uma referência para que os estudantes vivenciem a realidade do exercício profissional em Serviço Social. O preceptor deve ser um profissional formado e referenciado para desenvolver o papel de educador no seu ambiente de trabalho, de forma que seja percebido como elo entre o serviço e o curso.

Simultaneamente, o desenvolvimento do ensino baseado em metodologias problematizadoras está relacionado ao saber fazer, saber conviver e ao saber ser, extrapolando a ideia de competência/perícia e incorporando o aprendizado social e afetivo dos estudantes. Integram elementos importantes para o exercício profissional: alteridade, comunicação, ética, respeito, cooperação, proatividade e procedimentos administrativos, estando centrados em experiências, tanto reais quanto simuladas, que priorizam o contato com a população e o trabalho em equipe.

A articulação das estratégias educacionais em metodologias problematizadoras exige uma organização pedagógica diferenciada do espaço e do tempo escolar, conforme consta no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UnDF (CEBRASPE, 2022).

Nessa concepção teórico-metodológica, a articulação das estratégias permite consubstanciar conhecimentos, práticas e condutas necessárias ao desenvolvimento das atividades, visando atender às necessidades do campo profissional e da comunidade.

¹² De acordo com BELACIANO (2015), o Arco de Maguerez compreende as seguintes etapas: observação da realidade; levantamento de pontos-chave; teorização/explicação; hipótese de solução; e aplicação à realidade.

15 AVALIAÇÃO PARA AS APRENDIZAGENS NA UnDF: TECENDO NOVAS DIREÇÕES

A avaliação para as aprendizagens, na perspectiva defendida na UnDF, tem por finalidade construir direções formativas e personalizadas para os sujeitos que dela fazem parte. Pensar a avaliação nesse sentido é trazer uma abordagem mais humanista, em que os saberes do estudante são reconhecidos e, ainda, promovidas outras possibilidades para construções que venham potencializar uma formação em que ele seja sujeito protagonista do seu processo de aprendizagem e transformador da sua própria formação inicial bem como do contexto em que está inserido.

Nessa direção, esta instituição fundamenta-se em uma proposta de avaliação formativa, pois considera que essa é a abordagem que mais se identifica com os seus pressupostos epistemológicos, uma vez que considera a processualidade do sujeito que aprende no curso de suas ações e enfrentamentos.

O ato de avaliar necessita abraçar uma dimensão integral para que as competências selecionadas, os objetivos de aprendizagem definidos e a prática sejam fundamentados em processos avaliativos que direcionem os sujeitos a refletirem de forma transparente, ética, estética, dialógica, democrática e participativa sobre sua própria ação, seja ela a de ensinar ou aprender.

Nessa direção, compreende-se que a

aprendizagem se constrói num processo equilibrado entre três movimentos principais: **a construção individual** – em que cada aluno percorre seu caminho –; **a grupal** – em que aprendemos com os semelhantes, os pares –; e **a orientada**, em que aprendemos com alguém mais experiente, com um especialista, um professor. (MORAN, 2017, p. 3).

Toda essa construção acontece em um processo cíclico, em que o principal objetivo é promover as aprendizagens e oferecer oportunidades a fim de que elas sejam evidenciadas e orientadas para a direção seguinte. É necessário, então, compreender que esse ciclo (diagnóstico – fragilidades – potencialidades e avanços) não se esgote ou se encerre em si mesmo, mas que seja propositivo em trilhas de aprendizagens congruentes com uma formação mais próxima à realidade no âmbito da RIDE/DF, favorecendo assim o protagonismo desse estudante em suas escolhas formativas. Nesse sentido, o ciclo da avaliação para as aprendizagens compreende as seguintes etapas:

Figura 4 - Mapa conceitual da avaliação para as aprendizagens da UnDF



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ressalta-se que essas etapas não acontecem de forma linear, organizadas em tempos e espaços específicos, com duração cronometrada, mas se entrelaçam, se dinamizam e se desenvolvem à medida que vão acontecendo. Não há tempo determinado, instituído rigidamente, para o seu começo e fim, embora se inicie de um planejamento intencional e totalmente comprometido com as aprendizagens dos estudantes. Estas precisam ser vivenciadas em forma de ciclo que não se finda em si mesmo, mas redireciona para etapas mais complexas e desafiantes, combinando os tempos individuais e os coletivos.

Cortelazzo (2021, p. 18) assinala três etapas fundamentais para a construção de uma proposta avaliativa:

- a) Avaliação **para** a aprendizagem: avaliações semanais, orientando o processo de aprendizagem, com a retomada dos pontos fracos detectados.
- b) Avaliação **como** aprendizagem: autoavaliação, avaliação pelos pares, portfólios.
- c) Avaliação **da** aprendizagem: desenvolvimento do projeto, avaliações somativas, trabalhos, exercícios, projetos pontuais propostos.

Deve-se pressupor o trabalho com a avaliação **para** as aprendizagens em diversos instrumentos e procedimentos avaliativos, com a presença de *feedbacks* frequentes, legítimos e propositivos. O *feedback* será um momento em que docente e estudante terão a oportunidade de identificar as fragilidades e os avanços diante da atividade desenvolvida. Por essa importância, este precisa ter o caráter encorajador, ao mesmo tempo em que apresenta a realidade do processo de aprendizagem do discente, sempre de maneira respeitosa e ética.

Segundo Villas Boas (2006, p. 78),

as circunstâncias individuais devem ser observadas se a avaliação pretende contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e para o encorajamento do aluno. A avaliação formativa seria desencorajadora para muitos alunos que enfrentam fracasso se fosse baseada exclusivamente em critérios. A combinação da avaliação baseada em critérios com a consideração das condições do aluno fornece informações importantes e é consistente com a ideia de que a avaliação formativa é parte essencial do trabalho pedagógico.

Assim sendo, a avaliação **para** as aprendizagens será aquela que promove ao docente e estudante a aproximação e conhecimento de seus progressos, de forma que possam identificar suas fragilidades, analisá-las de maneira frequente e, principalmente, interativa, desafiando-se a encontrar caminhos, ao mesmo tempo em que consegue dar tratamento adequado e equânime diante dos seus resultados.

A avaliação **como** aprendizagem é aquela que colabora com a reflexão mais ampla de todo o processo, seja ele de aprendizagem, do docente, do material didático, da instituição de ensino e dos pares. Esse espaço de reflexão é fundamental para que docente e estudante compreendam a importância de parar para identificar o que ainda se encontra como fragilidades, reconhecendo-as como uma possibilidade de reorganizar o seu processo de ensino e aprendizagem.

A intencionalidade desse espaço é de oportunizar uma reflexão sobre o próprio processo de aprender a aprender:

A avaliação formativa contribui para que os alunos aprendam a aprender, porque os ajuda a desenvolver as estratégias necessárias; coloca ênfase no processo de ensino e aprendizagem, tornando os alunos participantes desse processo; possibilita a construção de habilidades de autoavaliação e avaliação por colegas; ajuda os alunos a compreenderem sua própria aprendizagem. Alunos que constroem ativamente sua compreensão sobre novos conceitos (e não meramente absorvem informações) desenvolvem estratégias que os capacitam a situar novas ideias em contexto mais amplo, têm a oportunidade de julgar a qualidade do seu próprio trabalho e do trabalho dos seus colegas, a partir de objetivos de aprendizagem bem definidos e critérios adequados de avaliação, e estão, ao mesmo tempo, construindo capacidades que facilitarão sua aprendizagem ao longo da vida. (VILLAS BOAS, 2006, p. 79).

A avaliação **como** aprendizagem complementa a avaliação **para** as aprendizagens e fornece condições suficientes para o docente oportunizar a avaliação **da** aprendizagem, visando priorizar os aspectos qualitativos em detrimento aos quantitativos.

Além das características até aqui apresentadas, considera-se fundamental que todas as escolas desta universidade consigam compreender e organizar os seus processos avaliativos, respeitando as observações a seguir para **composição das notas finais**.

- **30%** da **nota final do módulo temático ou unidade curricular** será reservada para **um instrumento/procedimento avaliativo**, de caráter **cumulativo**, entregue/apresentado **ao final do ciclo**. Sugere-se que este seja desenvolvido, preferencialmente, ao longo do módulo/unidade curricular e acompanhado pelo docente;
- **70%** da **nota final do módulo temático ou unidade curricular** será reservada para os diversos **instrumentos/procedimentos avaliativos** realizados **durante o processo** de desenvolvimento do módulo/unidade curricular. Podem-se propor **formatos avaliativos** em que se registrem as observações que os docentes tiveram das aprendizagens evidenciadas pelos estudantes no processo formativo das dinâmicas tutoriais ou de atividades diversificadas, e o resultado da média desses formatos é que comporá os 70% da nota final do módulo/unidade curricular.

Tendo em vista o objetivo de **formação integral** que a UnDF propõe, nesses formatos avaliativos elaborados, deve haver espaço para o registro de como ocorrem as aprendizagens nas dimensões profissional, pessoal, interpessoal, social e afetiva, observando como ocorreu o desenvolvimento das competências e objetivos de aprendizagem previstos para o módulo temático/unidade curricular.

Para que a **avaliação integral do estudante** seja propositiva e que haja um diálogo interinstitucional, deverão ser observados os seguintes critérios, apresentados no quadro 13 a seguir:



Quadro 9 - Critérios a serem observados na avaliação integral do estudante

Aspectos a serem observados na participação do estudante nas atividades desenvolvidas
Engajamento na proposição quanto aos objetivos de aprendizagem claros, desafiadores e coerentes.
Participação produtiva nas discussões, contribuindo com seus conhecimentos prévios acerca das temáticas destacadas.
Contribuição efetiva com a discussão, trazendo a leitura e a análise crítico-reflexiva dos diversos referenciais teóricos, integrando os novos conhecimentos com a situação-problema discutida.
Desenvolvimento da capacidade de liderança, protagonismo e autonomia, desempenhando bem a sua função.
Articulação do conhecimento adquirido com o seu contexto.
Empenho em participar das atividades que acessam uma diversidade de ferramentas digitais.
Apresentação de soluções para os problemas evidenciados no cenário de aprendizagem, elaborando propostas que considerem os recursos disponíveis.
Interação de forma respeitosa e colaborativa/ cooperativa com os pares e o tutor.
Análise, síntese e exposição de suas ideias e opiniões de forma a contribuir com a construção coletiva das aprendizagens.
Desenvolvimento de uma escuta ativa em que se respeita opiniões divergentes das suas.
Avaliação de todo o processo, fazendo análise de cada um dos elementos vivenciados, como: a qualidade da proposta pedagógica desenvolvida; a contribuição dos pares para o desenvolvimento dela; contribuição do tutor no processo de ensino-aprendizagem; o alcance dos objetivos de aprendizagem, a partir do material didático utilizado.
Realização de autoavaliação, refletindo criticamente a respeito de suas aprendizagens por meio da identificação de suas potencialidades e fragilidades.
Consideração do <i>feedback</i> recebido pelos pares e pelo tutor para qualificar o seu processo de aprendizagem.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O estudante deverá ser acompanhado em cada um desses aspectos. O objetivo é que seja uma avaliação que priorize os aspectos qualitativos em todas as suas dimensões, não enfatizando apenas os cognitivos, por assim compreender que o ser humano é integral, e não fragmentado.

Após a avaliação de todos os critérios apresentados, sugere-se identificar em **que lugar o estudante se encontra nesse caminho das aprendizagens**, evidenciando-se sempre a possibilidade de progressão. Com fins de escrituração, e para registro desse caminho em constante movimento, propõe-se o seguinte quadro:

Quadro 10 - Conceitos utilizados na avaliação das aprendizagens da UnDF

CONCEITOS	SIGLA	PONTUAÇÃO	RESULTADO FINAL
Alcançando a Aprendizagem	AA	9,0 – 10,0	Aprovado
Avançando Na Aprendizagem	ANA	7,0 – 8,9	Aprovado
Caminhando na Aprendizagem	CA	6,0 – 6,9	Aprovado
Iniciando a Aprendizagem	IA	0,1 – 5,9	Reprovado
Aprendizagem Não Evidenciada	ANE	0,0	Reprovado

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Entende-se que, mesmo convertendo o conceito em uma nota, esta constitui-se apenas em um registro necessário no processo do estudante, possibilitando, inclusive, que ele faça transferência a outra instituição, caso seja necessário; o que se preza, no entanto, é **todo o caminho percorrido**, que foi uma trajetória de respeito às construções das aprendizagens do estudante, de desenvolvimento de um trabalho comprometido com a sua promoção constante, de uma avaliação formativa encorajadora e de avanços.

Os conceitos apresentados no quadro reforçam a compreensão de que a aprendizagem não é algo estático, mas em constante movimento, e isso precisa ser reconhecido pela organização pedagógica do curso. Compreender o movimento que o estudante está produzindo ao longo do seu processo de aprendizagem é o foco que a avaliação da UnDF assume, entendendo que isso é necessário para vivenciar uma avaliação de fato formativa.

Ressalta-se que o foco da avaliação desta instituição será o de **promover a aprendizagem, respeitando os ritmos de cada estudante e contribuindo com o**

seu avanço ao longo do processo, por meio dos processos pedagógicos sugeridos neste documento.

15.1 Construindo aprendizagens

A coordenação do curso colaborativamente com os docentes deverá prever ações em seus planejamentos que serão desenvolvidas **ao longo** do processo, visando oportunizar o acompanhamento e a recondução de estudantes com dificuldades, lacunas e/ou necessidades específicas de aprendizagem.

Essas ações poderão contar com o apoio de tutores, monitores ou outros envolvidos (estudantes de outros semestres, orientadores de cursos ou docentes do núcleo de apoio ao estudante) e serão constituídas especialmente por:

- I - revisão de conteúdos;
- II - problemas, exercícios e simulações referentes à aplicação dos conteúdos;
- III - atividades avaliativas previstas em diferentes instrumentos/procedimentos;
- IV - outras atividades específicas a serem definidas pelos docentes.

15.2 Avaliação como lugar de inclusão

Para garantir os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, é indispensável que o coordenador do curso e os docentes tenham a compreensão da necessidade de possíveis adaptações curriculares.

Dessa forma, a UnDF prevê:

- Adaptação curricular para **estudantes com necessidades educativas específicas**;
- Adaptação curricular para **os estudantes** que apresentaram alguma necessidade ao longo do percurso de aprendizagem da unidade curricular;
- Adaptação curricular de acordo com as necessidades que **a turma** apresentar ao longo da unidade curricular;
- Adequação de estratégias e recursos pedagógicos para todo e qualquer estudante que apresentar necessidades educativas.

Nesse sentido, a inclusão não atende apenas aos estudantes com necessidades educativas específicas, mas observa e se adapta a todos aqueles que apresentarem necessidades ao longo do curso.

ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A organização das unidades curriculares e sua integração oportunizam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, posto que esse sustentáculo é trabalhado processualmente ao longo dos semestres do curso. Os elementos curriculares estão organizados de tal forma que as atividades de ensino desenvolvidas por meio das metodologias problematizadoras tenham íntima relação com os elementos práticos desenvolvidos pelas atividades de Habilidades Profissionais em Psicologia e Atividades de Extensão, possibilitando pontes e interações com a comunidade, especialmente aquela circunvizinha ao Campus onde ocorrerá a oferta do curso, consolidando o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Reforça-se que a curricularização da extensão está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2014 a 2024) e é regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Destaca-se, nessa resolução, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Em atendimento à Resolução CNE/CP n. 07/2018, as atividades de extensão têm como base da sua estrutura, concepção e prática as Diretrizes da Extensão na Educação Superior, e devem considerar:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Portanto, na formulação deste PPC, houve a preocupação do olhar sensível para os problemas suscitados nos diferentes campos de formação com os quais se interage, seja por meio das questões que surgem das atividades profissionais, ou pelo retorno dos seus futuros psicólogos em permanente atividade formativa no locus profissional. Assim, reafirma-se a pesquisa e a extensão universitárias como parte integrante e indissociável do processo acadêmico definido e pactuado em função das exigências da realidade e, sobretudo, pela efetiva participação da comunidade e grupos sociais locais.

Nessa perspectiva, entende-se que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e as metodologias problematizadoras, que embasa este PPC, pode favorecer uma maior articulação entre universidade, sociedade e comunidade de prática, como um conjunto de pessoas com conhecimentos, habilidades e experiências diversas compartilhando saberes, interesses, recursos, perspectivas, atividades e, sobretudo, práticas para a produção de conhecimento tanto pessoal quanto coletivo.

Articulando a pesquisa e a extensão como possibilidade de transformação da realidade, Santos (2010) reconhece as vantagens da pesquisa-ação e da pesquisa participante nas relações entre universidade e sociedade como possível elo articulador entre formação e produção científica e a construção de ações e soluções úteis e conduzidas com ética diante dos desafios do mundo atual. Embora vantajosas, é importante ressaltar que existem outros tipos de pesquisas que podem ser adotadas ao longo do processo de desenvolvimento do curso, quando for necessário.

A pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação de caráter intervencionista, pró-ativa, participativa e colaborativa, que utiliza técnicas de pesquisa para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática, utilizando análise de informações de pesquisa. A pesquisa-ação se inicia a partir da identificação de um problema, por vezes aplicando a problematização, a qual parte do pressuposto de que uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se a ela também no processo. A problematização trabalha com problemas reais, percebidos pela observação direta da realidade em foco e com a lógica do método científico, resultando em uma reflexão crítica em todas as etapas.

Sendo assim, a proposta de extensão e pesquisa do Curso de Psicologia deverá se concretizar por meio de um currículo integrado e integrador capaz de articular a prática acadêmica com o campo profissional, com os contextos culturais, econômicos e socioambientais das comunidades do DF e entorno, na busca de respostas aos problemas da coletividade e, principalmente, investigações sobre o comportamento humano complexo. Dessa maneira, a extensão e a pesquisa deverão funcionar como instrumentos de inserção social, aproximando o saber acadêmico dos saberes das comunidades, com foco na formação do profissional e no atendimento e resolução de problemas da comunidade.

Entende-se que o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa em diferentes campos de estágio serão instrumentos formativos que deverão ampliar a visibilidade do curso, estabelecendo vínculos entre a academia e a comunidade de forma significativa.



16 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A organização das unidades curriculares e sua integração oportunizam a articulação ensino, pesquisa e extensão, posto que esse sustentáculo é trabalhado processualmente ao longo dos semestres do curso. Os elementos curriculares estão organizados de tal forma que as atividades de ensino desenvolvidas por meio das metodologias problematizadoras tenham íntima relação com os elementos práticos desenvolvidos pelas atividades de Habilidade Profissionais em Serviço Social, Estágios Supervisionados e as diversas atividades de extensão, possibilitando pontes e interações com a comunidade, especialmente aquela circunvizinha ao campus onde ocorrerá a oferta do curso, consolidando o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Reforça-se que a curricularização da extensão está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2014 a 2024) e é regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Destaca-se, nessa resolução, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 07/2018, as atividades de extensão têm como base da sua estrutura, concepção e prática as Diretrizes da Extensão na Educação Superior, e devem considerar:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Portanto, na formulação deste PPC, houve a preocupação do olhar sensível aos problemas suscitados nos diferentes campos de formação com os quais o documento interage, seja por meio das questões que surgem das atividades profissionais ou pelo retorno dos seus futuros assistentes sociais em permanente atividade formativa no *locus* profissional. Assim, reafirma-se a pesquisa e a extensão universitárias

como parte integrante e indissociável do processo acadêmico definido e pactuado em função das exigências da realidade e, sobretudo, em prol da efetiva participação da comunidade e dos grupos sociais locais nas diversas atividades promovidas pela universidade.

Nessa perspectiva, entende-se que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e as metodologias problematizadoras que embasam este PPC pode favorecer uma maior articulação entre universidade, sociedade e comunidade de prática, como um conjunto de pessoas com conhecimentos, habilidades e experiências diversas compartilhando saberes, interesses, recursos, perspectivas, atividades e, sobretudo, práticas para a produção de conhecimento tanto pessoal quanto coletivo.

Articulando a pesquisa e a extensão como possibilidade de transformação da realidade, Santos (2010) reconhece as vantagens da pesquisa-ação e da pesquisa participante nas relações entre universidade e sociedade como possível elo articulador entre formação e produção científica e a construção de ações e soluções úteis e conduzidas com ética diante dos desafios do mundo atual. Embora vantajosas, é importante ressaltar que existem outros tipos de pesquisas que podem ser adotadas ao longo do processo de desenvolvimento do curso, quando for necessário.

A pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação, de caráter intervencionista, pró-ativa, participativa e colaborativa, que utiliza técnicas de pesquisa para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática, utilizando análise de informações de pesquisa. A pesquisa-ação se inicia a partir da identificação de um problema, por vezes aplicando a problematização, a qual parte do pressuposto de que uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se a ela também no processo. A problematização trabalha com problemas reais, percebidos pela observação direta da realidade em foco e com a lógica do método científico, resultando em uma reflexão crítica em todas as etapas.

Sendo assim, a proposta de extensão e pesquisa do curso de bacharelado em Serviço Social deverá se concretizar por meio de um currículo integrado e integrador capaz de articular a prática acadêmica com o campo profissional, com os contextos culturais, econômicos e socioambientais das comunidades do DF e entorno, na busca de respostas aos problemas da coletividade e, principalmente, de investigações sobre o comportamento humano complexo. Dessa maneira, a extensão e a pesquisa deverão funcionar como instrumentos de inserção social, aproximando o saber acadêmico dos saberes das comunidades, com foco na formação do profissional e no atendimento e resolução de problemas da comunidade.

Entende-se que o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa em diferentes campos das unidades curriculares práticas (Habilidades Profissionais em Serviço Social e Estágios Supervisionados) pode favorecer trocas que fortalecerão a proposta formativa do curso, além de aumentar a sua visibilidade, estabelecendo vínculos entre a academia e a comunidade de forma significativa.

17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

17.1 Comissão Própria de Avaliação

A avaliação institucional da UnDF é concebida como um processo contínuo, articulado e institucionalizado, de forma que suas práticas levantem dados referentes às fragilidades e potencialidades da instituição e, a partir deles, analisem os impactos de sua atuação, por meio de seus programas, cursos, atividades e projetos na perspectiva do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Esse processo avaliativo pressupõe um trabalho processual, coletivo, participativo, democrático, acolhedor, transparente e ético, que demanda a constituição de uma cultura avaliativa que organize as ações de forma propositiva e que promova as mudanças necessárias para superar as fragilidades identificadas pela comunidade acadêmica interna e externa.

Todo esse acompanhamento será conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que, conforme estabelecido no Art. 85 do Estatuto da UnDF, será uma instância desvinculada dos conselhos da universidade (UnDF, 2022), e seus resultados deverão ser divulgados e discutidos com a comunidade acadêmica.

17.2 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

Conforme a Lei n. 10.861/2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo requisito obrigatório para a conclusão do curso de Serviço Social e para o recebi-

mento do diploma pelo estudante.

18 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

18.1 Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), do curso de Serviço Social, atuará no processo acadêmico de concepção, acompanhamento, consolidação e contínua atualização deste PPC. No Regimento Geral da UnDF, artigo 82, o parágrafo único explica que:

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, que exerçam liderança acadêmica em seu âmbito, percebida mediante a produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela UnDF.

Os docentes integrantes do NDE deverão participar, efetivamente, da formulação, implantação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso.

18.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão que tem por finalidade acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações do Projeto Pedagógico de Curso; discutir temas ligados ao curso; deliberar sobre requerimentos apresentados pelos discentes; planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, sendo composto:

- I - pelo Coordenador do Curso;
- II - pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso;
- III - pelo corpo docente do Curso atuante no semestre vigente;
- IV - por até 2 (dois) representantes discentes eleitos por seus pares; e
- V - por 1 (um) representante dos Técnicos-Administrativos.

Compete ao Colegiado de Curso:

- analisar e emitir pareceres pertinentes a requerimentos apresentados pelos discentes relativos à mobilidade acadêmica, aproveitamento de estudos, aprovação e revisão de Plano de Estudos, validação de unidades curriculares, dispensa de unidades curriculares, abreviação da duração do curso, dilatação de prazo para integralização curricular e redução de carga horária de estágio supervisionado obrigatório, caso haja;

- analisar pedidos de recursos protocolados por estudantes;
- colaborar com a elaboração, reestruturação e revisão de Projetos Pedagógicos de Curso;
- propor o seu regimento interno;
- propor estratégias de caráter interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- propor ações pedagógicas com base nos resultados da avaliação institucional;
- aprovar normas específicas de estágio supervisionado obrigatório elaboradas pelo NDE, caso haja;
- estabelecer o percentual de professores que orientarão os TCCs, caso haja;
- indicar os membros de Banca Examinadora de TCC, caso haja;
- indicar os coordenadores de estágio supervisionado obrigatório, caso haja;
- aprovar o conjunto de atividades curriculares ofertadas em cada período letivo;
- atuar de forma consultiva e deliberativa, em primeira instância, nas áreas de Ensino, desde que não conflite com o Regimento da Graduação;
- exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Regimento Geral da UnDF, ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas.

18.3 Perfis das equipes docente, técnico-pedagógica e técnico-administrativa

Conforme o seu Regimento Geral e considerando as atividades previstas de ensino, pesquisa e extensão, a UnDF define que o corpo docente do curso de Serviço Social será constituído pelos integrantes da Carreira Magistério Superior do Distrito Federal. Os profissionais integrantes dessa carreira na UnDF são professores e tutores, que têm como atribuições gerais:

- formular, planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades cujas atribuições abrangem as funções de magistério e as atividades de docência, o desenvolvimento de pesquisas e a promoção de atividades de extensão universitária;
- executar outras atividades de mesma natureza e nível de complexidade, observadas as peculiaridades do cargo determinadas em normas específicas;
- participar da avaliação institucional, docente e estudantil, conforme disposto no regimento e nos demais normativos específicos da universidade, respeitada a legislação vigente;
- elaborar, desenvolver e revisar periodicamente o material didático-pedagógico e os ambientes inovadores, de modo a fomentar o interesse do corpo discente e o desenvolvimento de habilidades, competências e aprendizagens calcadas em princípios críticos, criativos e construtivos;
- desenvolver, propor e garantir a vivência de um currículo integrado, preferen-

cialmente a partir das metodologias problematizadoras.

Destaca-se que as atribuições específicas, incluindo os serviços e encargos inerentes à atividade docente, bem como o estímulo ao aperfeiçoamento e à produtividade, serão definidos pelos colegiados superiores da UnDF.

Os integrantes do corpo técnico-administrativo poderão ter exercício em qualquer órgão ou serviço da UnDF, cabendo sua movimentação e a definição de seu horário de trabalho às respectivas áreas, à Reitoria, às Pró-Reitorias e às Coordenações de Centro. As atribuições gerais destes profissionais são:

- realizar permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais;
- exercer as funções específicas ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria instituição.

Ressalta-se que a implementação de ações que corroborem o processo formativo dos estudantes nos cursos da UnDF pressupõe o envolvimento e o comprometimento dos corpos docente e técnico-administrativo, pautados por uma perspectiva profissional, ética e transparente. Nesse sentido, as práticas devem ser orientadas por uma gestão sustentável e inovadora, que impulse a execução de atividades, programas e projetos condizentes com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

18.4 Instalações, equipamentos e recursos tecnológicos

As atividades acadêmicas do Centro de Ciências Humanas, Cidadania e Meio Ambiente terão início no Campus Norte da UnDF, na região Norte do DF, em uma área que ocupa um espaço de 6,5 mil m² em um prédio cedido pela Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP. A estrutura foi reformada e inaugurada em junho de 2022, com o apoio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, cujo vínculo com a UnDF está expresso na Lei Complementar n. 987, de 26 de julho de 2021. A área física disponível está dimensionada para atender a demanda da UnDF, observando as necessidades de cada curso.

Para a realização das atividades administrativas e acadêmicas, o Campus Norte da UnDF possui:

- 19 (dezenove) salas de aula, com dimensões, em média, de 24 m² até 49 m²;
- 01 (uma) biblioteca setorial, com área total de, aproximadamente, 60 m², com 156 lugares;
- 02 (dois) laboratórios de cultura digital/tecnologias;
- 01 (um) laboratório de ensino e aprendizagem (espaço para oficinas);
- 10 (dez) salas, respectivamente, para Secretaria, Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenações, Centros Interdisciplinares e Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- 02 (duas) salas de professores;
- 01 (uma) sala de multimeios, com recursos audiovisuais;

- 03 (três) salas para instalações administrativas e acadêmicas: ouvidoria, departamento financeiro, serviços de informática, protocolo e outras;
- 02 (duas) salas para os serviços gerais: vigilância, limpeza, reparos e conservação e depósito;
- 01 (uma) copa e 02 (duas) áreas de convivência para servidores;
- 02 (duas) áreas de convivência para estudantes;
- 01 (uma) sala para Centro Acadêmico;
- 06 (seis) sanitários adaptados aos estudantes com necessidades educacionais especiais – localizados estrategicamente;
- 06 (seis) sanitários, sendo 09 masculinos e 09 femininos;
- Sanitários para professores;
- 01 (uma) guarita na entrada do estacionamento;
- 01 (uma) ludoteca;
- 01 (uma) recepção de entrada;
- 01 (uma) auditório com capacidade para 200 pessoas, aproximadamente;
- 01 (uma) cantina e/ou lanchonete;
- 01 (uma) sala de convivência.

18.5 Biblioteca

A Biblioteca Central (BCE) da Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes - UnDF fica localizada no Campus Norte, em um espaço de aproximadamente 70 m², e dispõe de área reservada para o acervo geral; área para leitura e estudo individual e coletivo; área de atendimento ao usuário; e sistema de informatização que possibilita o uso de computadores pela comunidade acadêmica. A previsão é de que seu funcionamento seja de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h.

A infraestrutura da biblioteca oferece condições de acessibilidade com mobiliário, espaço e ambientes acessíveis para a circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Para o gerenciamento desse espaço, a UnDF dispõe do *software SophiA*, o qual atende às necessidades tecnológicas das novas mídias e suportes informacionais, fornece aos usuários instrumentos e ferramentas que propiciam o acesso facilitado à informação, além de possibilitar suporte a todas as atividades operacionais e de controle de uma biblioteca, partindo do procedimento de aquisição até a extração de estatísticas sobre o volume de empréstimos efetuados. Vale destacar ainda que o referido *software* atende os requisitos de organização e monitoramento do acervo, infraestrutura e serviços, de acordo com as necessidades dos cursos ofertados pela UnDF.

Mesmo em processo de estruturação, a BCE já conta com amplo acervo, composto por mais de 2.500 volumes, sendo, em sua maioria, livros distribuídos nas mais diversas áreas do conhecimento. A biblioteca dispõe anualmente de recursos oriun-

dos do orçamento da universidade, para a melhoria e atualização de seu acervo.

O acervo físico, que dá suporte às atividades de ensino e pesquisa, está em etapa de informatização e tombamento, sendo gradualmente disponibilizado on-line no catálogo da BCE. A biblioteca oferece ainda um conjunto de serviços digitais para gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da universidade, que inclui um repositório digital para a produção docente e discente; uma biblioteca virtual; e uma base de periódicos científicos.

No caso do acervo digital, a BCE possibilita acesso *in loco* e remoto aos produtos e serviços oferecidos por ela. A biblioteca virtual dispõe de mais de 8 mil e-books, na plataforma “**Minha Biblioteca**¹³”, e viabiliza acesso físico via internet, sob sua gerência, nos computadores disponíveis na BCE, bem como acesso remoto por meio de ambiente restrito. A BCE oferece também serviços de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Com a gestão da biblioteca, o acesso, *in loco* ou remoto, a título de diversos periódicos nacionais e internacionais atualizados, é realizado mediante a Base de Dados de Periódicos da *Business Source Complete* - **EBSCO**.

No que diz respeito ao acervo de periódicos, a BCE possui textos na íntegra para mais de 2.000 periódicos científicos, cujo conteúdo inclui:

- 1.102 periódicos e revistas ativos, com texto completo e de acesso não aberto;
- 906 periódicos ativos, de texto completo, com revisão por pares e de acesso não aberto;
- 281 periódicos ativos, de texto completo, com revisão por pares e de acesso não aberto, sem embargo;
- 852 periódicos ativos, de texto completo e de acesso não aberto, indexados no **Web of Science** ou no **Scopus**.

¹³ Acesso para consulta do acervo no endereço: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/8966>

19 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As instituições universitárias devem estar sensíveis aos problemas suscitados nos diferentes campos de formação com os quais interagem, seja por meio das questões que surgem das atividades profissionais ou pelo retorno de estudantes egressos em permanente atividade formativa no *locus* profissional. Assim, reafirma-se o ensino, a pesquisa e extensão universitárias como parte integrante e indissociável do processo acadêmico definido e pactuado em função das exigências da realidade e, sobretudo, pela efetiva participação das comunidades e grupos sociais locais.

Nessa perspectiva, com a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, pretende-se favorecer uma maior interação entre universidade, sociedade e comunidade de prática, defendida por Wegner (apud FERREIRA, 2014) como um conjunto de pessoas com conhecimentos, habilidades e experiências diversas compartilhando saberes, interesses, recursos, perspectivas, atividades e, sobretudo, práticas para a produção de conhecimento tanto pessoal quanto coletivo. Essas pessoas se unem, de forma ativa e colaborativa, em torno de um mesmo interesse, para que juntas possam propor resoluções para os problemas na comunidade, bem como evoluir no aprendizado diário (FERREIRA, 2014).

Assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na UnDF, se concretiza por suas políticas e por meio do desenvolvimento de um currículo integrado e integrador capaz de materializar a prática acadêmica com o campo profissional dos diferentes cursos e com os diferentes contextos culturais, econômicos e socioambientais das comunidades do DF/RIDE na busca de respostas aos problemas da coletividade por meio da pesquisa básica e aplicada. Dessa maneira, a extensão e a pesquisa deverão funcionar como instrumento de inserção social, aproximando o saber acadêmico dos saberes das comunidades, com foco na formação integral do profissional e do cidadão.

19.1 Políticas de apoio ao discente

As políticas de apoio aos discentes têm a finalidade de promover o acolhimento, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, por meio de programas e ações de combate à evasão e à retenção que englobam, por exemplo, a concessão de auxílios financeiros e bolsas; o nivelamento; a monitoria; o atendimento psicopedagógico; a mobilidade acadêmica e as oportunidades de estágio. Também são abordados aspectos da organização estudantil, o acompanhamento dos egressos, bem como as ações de estímulo à produção científica discente e à participação em

eventos. Na UnDF, o apoio ao discente se concretiza, dentre outras ações, na sua Política de Assistência Estudantil (PAE), a qual é regida por um conjunto de diretrizes consoantes à visão, à missão e aos valores institucionais e referentes ao compromisso da instituição com a inclusão e com a responsabilidade social. Essa política define um conjunto de ações e estratégias necessárias à garantia de uma educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

A universidade compreende que as políticas estudantis são um direito e devem abranger todos os estudantes, colaborando com seus percursos e processos formativos. Nesse contexto, pretende-se disponibilizar auxílios, bolsas e incentivos para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes regularmente matriculados nos seus cursos. Destaca-se que os apoios financeiros organizar-se-ão da seguinte forma:

Auxílios: recursos financeiros atribuídos a discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica;

Bolsas: recursos financeiros concedidos a discentes e docentes mediante contrapartida de engajamento e apresentação de resultados em programas e projetos específicos da universidade; e,

Incentivos: apoios financeiros para fins de aprimoramento da formação acadêmica discente e docente.

Para a garantia de uma assistência estudantil correspondente às necessidades dos discentes (considerando as dimensões psicossocial, socioeconômica, científica, cultural e educacional), a PAE define critérios de seleção e relevância de atendimento, e estrutura-se em 4 (quatro) eixos estratégicos:

Assistência Prioritária

Conjunto de ações que visam a redução das desigualdades sociais e a inclusão social na educação superior, oferecendo, ao estudante, condições adequadas de alimentação, moradia e transporte para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Na UnDF, a assistência prioritária se materializa no Auxílio Permanência, Auxílio Creche, Auxílio Transporte e Auxílio Moradia.

Promoção e Prevenção

Conjunto de ações que objetivam a garantia da saúde, qualidade de vida, esporte, cultura e lazer, valorizando o bem-estar, a integração estudantil e as manifestações culturais. O atendimento psicopedagógico é um exemplo de ação contida neste eixo.

Apoio e Acompanhamento

Conjunto de ações que visam estimular a integração do estudante ao contexto universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos e psicossociais.

Inclusão e Cidadania

Conjunto de ações e serviços que promovam acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, entre outros, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero; da diversidade sexual; das ações afirmativas e da formação para cidadania. Auxílios a estudantes com deficiência e ações de inclusão estão contidas neste eixo.

Resta destacar que o conjunto de diretrizes que estruturam a Política de Assistência Estudantil da UnDF considera que as ações, os programas e os projetos desenvolvidos em seu âmbito devem possibilitar aos estudantes a participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e de arte e cultura. Nesse contexto, a permanência e o êxito decorrem também do compromisso desta instituição de “produzir, disseminar e transferir conhecimento crítico, em consonância com as demandas da sociedade, por meio de atividades acadêmicas alicerçadas na responsabilidade social e na sustentabilidade.” (SOUZA, 2022, p. 61).



20 EMENTÁRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Metodologias Problematicadoras I

Modalidade: Núcleo Universal
Carga Horária: 20 horas

Ementa proposta: Inserção do estudante na proposta metodológica da universidade e do curso. Desenvolvimento do sentimento de pertencimento à universidade. Desenvolvimento de atividades por meio de metodologias problematizadoras, trabalho coletivo e colaborativo. Aprendizagem Baseada em Problemas. Concepção metodológica que se constitui como ponto de partida para a formação de atitudes problematizadoras na futura atuação profissional e cidadã.

Bibliografia Essencial:

BACICH, L; MORÁN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.
DECKER, I. R.; BOUHUIJS, P. A. J. Aprendizagem Baseada em Problemas e Metodologia de Problematização: Identificando e Analisando Continuidades e Descontinuidades nos Processos de Ensino-Aprendizagem. In: ARAÚJO, U. F.; SASTRE, G. (orgs.). **Aprendizagem Baseada em Problemas no Ensino Superior**. São Paulo: Summus, 2009.
MUNIZ, Luciana Soares; FERREIRA, Juliene Madureira; LIMA, Lucianna Ribeiro de; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina (orgs.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico: criatividade e inovação em foco**. Uberlândia: EDUFU, 2022.
RIBEIRO, L. R. C. **Aprendizagem baseada em problemas: PBL: uma experiência no ensino superior**. São Carlos: UFSCar, 2008.
ZABALA, A; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Bibliografia complementar:

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Moraes, 1982.
CORRÊA, A. K. **Metodologia problematizadora e suas implicações para a atuação docente: relato de experiência**. Educ. Rev., v.27, 2011.
FILHO, A. P. **Características do aprendizado do adulto**. Medicina. Ribeirão Preto, v. 40, n. 1, p. 7-16, jan/mar, 2007.
MORAN, J. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
PELIZZARI, A.; KRIEGL, M. L.; BARON, M. P.; FINCK, N. T. L.; DOROCINSKI, S. I. **Teoria da Aprendizagem Significativa segundo Ausubel**. Revista PEC, Curitiba, v. 2, nº 1, p. 37-42, jul. 2001/jul. 2002.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Metodologia participativa e as técnicas de ensino-aprendizagem**. Curitiba: CRV, 2017.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

Introdução ao Serviço Social

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Serviço Social e contemporaneidade. O contexto nacional e internacional da prática profissional dos assistentes sociais. A divisão sócio-técnica do trabalho. Produção do conhecimento no campo do Serviço Social. Os diferentes níveis da formação profissional. Legislação. Especificidades do mundo do trabalho no contexto do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. 8 reimpr. São Paulo: Cortez/Celats, 1983.
IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade**. 27. ed. 1 reimpr. São Paulo: Cortez, 1998.
SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no serviço social: repercussões no mercado profissional**. 3. ed. 4 reimpr. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar:

VELHO, Otávio, PALMEIRA, Moacir & BERTELLI, Antônio (org.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.
IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

Teoria Social e Política

Modalidade: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Carga Horária: 80 horas

Ementa: A historicidade da teoria social e política como campo do conhecimento em Serviço Social. Introdução ao pensamento dos três autores centrais das Ciências Sociais: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Relações entre a produção social da vida, o Estado e as diferentes formas políticas, jurídicas e ideológicas.

Bibliografia Básica:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Traduzido por Sérgio Bath. 7. ed. São Paulo/Brasília: Martins Fontes, 2008. ISBN: 978-8533624047.
LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 10 ed. 1 reimpr. São Paulo: Cortez, 2017. ISBN: 9788524915130.
RODRIGUES, José Albertino (org.). **Émile Durkheim. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**. São Paulo: Cortez, 1994.
WEFFORT, Francisco (org.). **Os Clássicos da Política. Vol. 1 e 2**. São Paulo: Ática, 1989.

HPSS 01 - Habilidades Profissionais em Serviço Social
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 60 horas
Ementa: Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Políticas Públicas em Assistência Social e intersetoriais afins. Imersão na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a política social e a prática profissional referente ao semestre.
Bibliografia Básica: IAMAMOTO, Marilda VILLELA. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1988. SALES, MIONE Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde. São Paulo: Cortez. 2006.
Bibliografia Complementar: RICHMOND, Mary E. Diagnóstico Social. 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971. TORRES, Zélia. Grupo: instrumento de Serviço Social. 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978. VIEIRA, Balbina Otoni. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.

Antropologia e Serviço Social
Modalidade: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social Carga Horária: 60 horas
Ementa: As relações entre a Antropologia e o Serviço Social. A historicidade da abordagem antropológica e as implicações na prática profissional do assistente social. Especificidades e contribuições da Antropologia para a construção de saberes em Serviço Social.
Bibliografia Básica: CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1987. LARAIA, Roque. Cultura: um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
Bibliografia Complementar: DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981. ZALUAR, Alba. (org.). Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

2º semestre
Economia Política e Serviço Social
Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira Carga Horária: 60 horas
Ementa: Elementos introdutórios para a compreensão da produção e a reprodução social da vida na sociedade atual. Compreensão dos conceitos basilares que sustentam o funcionamento da sociedade de classes, tais como: riqueza, pobreza, acumulação de riqueza, valor, mais valor, classes sociais, Estado, formas jurídicas, ideológicas e jurídicas. Análise das crises cíclicas e periódicas do capital. Reestruturação produtiva.
Bibliografia Básica: NETTO, José. BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica . Editora Cortez Editora. São Paulo, 2006 HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos . São Paulo: Companhia das Letras, 1999. MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política . Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
Bibliografia Complementar: MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio . São Paulo: Abril, 1983. BRAGA, Ruy. A Restauração do Capital . São Paulo: Xamã, 1999. SWEETZ, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista . Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Culturas Digitais
Modalidade: Núcleo Universal Carga Horária: 60 horas
Ementa proposta: Reflexão teórica e prática sobre as questões referentes à convergência digital e difusão de informação (âmbito de mercado, educação, entretenimento, cultura e política) e suas implicações no mundo contemporâneo. Tecnocultura, tecnologia e tecnocracia.
Bibliografia Essencial: JENKINS, Henry. Cultura da convergência . São Paulo: Aleph, 2008. JOHNSON, Steven. Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. LÉVY, Pierre. Cibercultura . Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
Bibliografia complementar: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 1999. KERBAUY, Maria T. M.; ANDRADE, Thales H. N. HAYASHI, Carlos R. M. (orgs.). Ciência, tecnologia e sociedade no Brasil . Campinas: Alínea, 2012. LEMO, André. Cibercultura . Porto Alegre: Sulina, 2002. RESNICK, M. Jardim de Infância para a Vida Toda: Por Uma Aprendizagem Criativa, Mão na Massa e Relevante para Todos . Porto Alegre: Penso, 2020.

Desenvolvimento Humano

Modalidade: Núcleo Universal

Carga Horária: 60 horas

Ementa proposta: Desenvolvimento humano: diferentes abordagens e críticas às tendências hegemônicas. A natureza cultural do desenvolvimento humano. A perspectiva cultural-histórica do desenvolvimento humano: para além de uma visão teleológica e universal. O desenvolvimento humano pela ótica da teoria da subjetividade na perspectiva histórico-cultural. Cultura da paz.

Bibliografia Essencial:

GONZÁLEZ REY, F. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: L. Simão Mitjás Martínez (Orgs.). **O outro no desenvolvimento humano**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MORIN, E. **Ensinar a viver: Manifesto para mudar a educação**. Tradução de Edgar de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Bibliografia complementar:

DUSI, Miriam Lúcia Herrera Masotti. **A construção da cultura de paz no contexto da instituição escolar**. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. Tradução de Raquel Souza Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. **O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 2012.

LANE, S. & CODO, W. (orgs.). **Psicologia Social: o Homem em Movimento**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MITJÁS MARTÍNEZ. **O outro e sua significação para a criatividade: implicações educacionais**. In: L. Simão Mitjás Martínez (Orgs.). **O outro no desenvolvimento humano**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MITJÁS MARTÍNEZ, A.; SCOZ, B. J. L.; CASTANHO, M. I. S. (orgs.). **Ensino e Aprendizagem: a subjetividade em foco**. Brasília: Liber livros, 2012.

MITJÁS MARTÍNEZ, A.; ÁLVAREZ, P. (Orgs.). **O sujeito que aprende: diálogo entre a psicanálise e o enfoque histórico-cultural**. Brasília: Liber Livros, 2014.

ROGOFF, B. **A natureza cultural do desenvolvimento humano**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HPSS 02 - Habilidades Profissionais em Serviço Social

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Políticas Públicas em Assistência Social e intersetoriais afins. Imersão na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a política social e a prática profissional referente ao semestre.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda VILLELA. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1988.

SALES, MIONE Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde.** São Paulo: Cortez. 2006.

Bibliografia Complementar:

RICHMOND, Mary E. **Diagnóstico Social.** 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971.

TORRES, Zélia. **Grupo: instrumento de Serviço Social.** 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.** 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.

Infância, Adolescência e Direitos Sociais

Modalidade: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Historicidade da Infância e contemporaneidade. O contexto nacional e internacional das questões relativas à infância e adolescência. Conquistas sociais e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Legislação. Medidas de proteção social. Violências e abusos contra crianças e adolescentes. Equipamentos públicos e a prática profissional do assistente social.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro, 11ª Ed. Livros técnicos e científicos, 1981.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Amais Editora - Instituto Interamericano Del Niño. Rio de Janeiro, 4ª edição, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

Bibliografia Complementar:

BAZILIO, Luiz Cavalieri. **O menor e a ideologia de segurança nacional.** Belo Horizonte, Veja Novo Espaço, 1985.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro, 2ª Edição, LTC, 1981.

LANE, Silvia & CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social: o Homem em Movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

Política Social I

Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Políticas Sociais e contemporaneidade. O contexto nacional e internacional das políticas sociais. Historicidade e desmonte das políticas sociais. Conquistas sociais e as tensões com o Estado. As políticas públicas e a prática profissional dos assistentes sociais. Especificidades das políticas sociais no contexto do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

TEIXEIRA, Francisco José & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1988.

Bibliografia Complementar:

TAVARES, Laura. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 1981.

3º semestre
Direitos Sociais, Estado e Legislação
Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira Carga Horária: 60 horas
Ementa: A historicidade de conquistas dos direitos sociais na modernidade. As relações entre estas conquistas e o Serviço Social. Violação aos Direitos Humanos. Estado e as contradições sociais. Estado e as formas de manutenção de injustiças sociais. Legislação e construção de mecanismos de defesa.
Bibliografia Básica: IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998. MOTA, Ana Elisabete (org.). A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo: Cortez, 1998. CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luis Eduardo & WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 2000.
Bibliografia Complementar: CARRION, Valentim. Comentários à CLT. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2000. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas, 2000.

Trabalho e Questão Social no Brasil
Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira Carga Horária: 60 horas
Ementa: O trabalho e as recentes formas de precarização e exploração. A centralidade do trabalho na produção e reprodução social da vida. O conflito central entre trabalho e capital. As contra-reformas e a degradação das condições de vida. Trabalho e desemprego. Lutas sindicais e condições de trabalho. A prática profissional do assistente social e as relações com o mundo do trabalho.
Bibliografia Básica: ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. Castel, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. Petrópolis: Vozes, 1998. IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
Bibliografia Complementar: VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Processos e técnicas. 5ª. ed. Rio de Janeiro. Agir, 1981. WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1998. BARTLETT, Harriet Moulton. A Base do Serviço Social. 2. ed. São Paulo. Pioneira, 1979.

Estado, Classes e Organizações Sociais

Modalidade: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Carga Horária: 80 horas

Ementa: A historicidade da constituição do Estado e suas formas políticas, jurídicas e ideológicas na modernidade. Conflitos entre classes sociais. Tensionamentos entre as organizações sociais e o Estado. Questões jurídicas e legislação. Judicialização das lutas sociais.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a Construção da Cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Loyola, 1995.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

WRIGHT, Erik Olin. **Classe, Crise e o Estado.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e Socialismo.** São Paulo: Xamã, 1997.

Cultura e Sociedade no Planalto Central

Modalidade: Núcleo Universal

Carga Horária: 40 horas

Ementa proposta: Cultura e história do Planalto Central. Movimentos migratórios. Candangos e Cerratenses. Grupos sociais formadores do Planalto Central. Encontro do político, do técnico, do social e do cultural. Manifestações culturais do Planalto Central. Patrimônios culturais do Planalto Central. Pobreza, desigualdade social e desenvolvimento sustentável no cenário da RIDE-DF. Os conceitos de desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano. Direitos Humanos como construção cultural.

Bibliografia Essencial:

CASTRO, Josué. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.

GARCIA, Adir Valdemar. **A pobreza humana: concepções, causas e soluções.** Florianópolis: Editoria em Debate, 2012.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira; ANDRADE, Keli Rodrigues de; ARAÚJO, Luiz Rubens Câmara de; ROSA, Thiago Mendes (Org.). **Índice Multidimensional de Pobreza (IMP): As Dimensões da Pobreza no Distrito Federal e suas Políticas de Enfrentamento.** Brasília: CODEPLAN, 2015.

PAVIANI, Aldo (org.). **Moradia e exclusão** (coleção Brasília). Brasília: Editora EDU/UNB, 1996.

Bibliografia complementar:

ARTEGA, Pamela M.; PANTOJA, Wallace; MAKIUCHI, Maria de Fátima R. **Retratos da Cultura Popular do DF.** Brasília: ITS, 2017. (versão PDF).

PAVIANI, Aldo (Org.). **A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília.** Brasília, Coleção Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

PEREIRA, Júlia Modesto Pinheiro Dias; ALBUQUERQUE, César Freitas. **Migração interna no Distrito Federal - 2015-2018.** CODEPLAN, Brasília; CODEPLAN, 2021. (versão PDF).

SANTOS, Diana Aguiar Orrico; LOPES, Helena Rodrigues. **Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2020. (versão PDF).

SILVA, Aída Maria Monteiro (org.). **Educação Superior: espaço de formação em Direitos Humanos.** São Paulo: Cortez, 2013.

HPSS 03 - Habilidades Profissionais em Serviço Social

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Políticas Públicas em Assistência Social e intersetoriais afins. Imersão na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a política social e a prática profissional referente ao semestre.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda VILLELA. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1988.

SALES, MIONE Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde.** São Paulo: Cortez. 2006.

Bibliografia Complementar:

RICHMOND, Mary E. **Diagnóstico Social.** 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971.

TORRES, Zélia. **Grupo: instrumento de Serviço Social.** 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978.

VIEIRA, Balbina Otoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.** 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.

Tópicos Especiais em Serviço Social I (Previdência Social)

Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Historicidade da previdência social. Conquistas sociais, Estado e seguridade social. Medidas de proteção social. Contrarreformas da previdência e os impactos da deterioração das condições de vida e trabalho. Legislação. A prática profissional do assistente social no âmbito das políticas de previdência social.

Bibliografia Básica:

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho.** Brasília. Editora UnB, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 2ª ED. São Paulo. Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Jaime .TEIXEIRA, Sonia Fleury. **(Im) Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil.** Petrópolis. Vozes, 1985.

Bibliografia Complementar:

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo. Cortez, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 2ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

FAGNANI, Eduardo. HENRIQUE, Wilnês. LÚCIO, Clemente. **Previdência social: como incluir os excluídos?** São Paulo. LTR, 2008.

Análise de Políticas e Indicadores Sociais

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 50 horas

Ementa: Historicidade dos indicadores sociais. Estudo dos elementos constitutivos de pesquisas, políticas e indicadores sociais produzidos no Brasil. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas para a construção de indicadores locais e regionais. As contribuições dos indicadores sociais para a prática profissional do assistente social. Análise crítica dos fundamentos e critérios que embasam a formulação dos indicadores sociais.

Bibliografia Básica:

AGUILAR, Maria José. & ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar:

COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). **Avaliação de Projetos Comunitários**. São Paulo: Loyola, 1995.

4º semestre
Relações Sociais, Família e Serviço Social
Modalidade: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social Carga Horária: 60 horas
Ementa: Historicidade das relações sociais e familiares. Famílias e os novos arranjos contemporâneos. A prática profissional do assistente social com as famílias. Conquistas sociais e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Legislação. Medidas de proteção social. Violências e abusos no âmbito familiar.
Bibliografia Básica: GÖRAN, Therborn. Sexo e Poder: a família no mundo (1900 2000) . São Paulo, 1ª edição, Contexto, 2006. ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família . Rio de Janeiro, 2ª Edição, LTC, 1981. ALTHOFF, Coleta Rinaldi; ELSÉN, Ingrid; NITSCHKE, Rosane Gonçalves (orgs). Pesquisando a família: olhares contemporâneos . Florianópolis: Papa-Livro, 2004.
Bibliografia Complementar: LANE, Sílvia & CODÓ, Wanderley (org.). Psicologia Social: o Homem em Movimento . São Paulo: Brasiliense, 1984. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). A família contemporânea em debate . São Paulo: Educ, Cortez, 1995. CANEVACCI, Massimo (Org.). Dialética da família . São Paulo: Brasiliense, 1984.

Metodologias Problematicadoras II
Modalidade: Núcleo Universal Carga Horária: 40 horas
Ementa proposta: Problematização. Metodologias Problematicadoras: Aprendizagem Baseada em Problemas, Aprendizagem Baseada em Equipes, Sala de aula invertida. Princípios orientadores e fundamentos teóricos-metodológicos. Limites e possibilidades dessas propostas e de suas experiências pedagógicas.
Bibliografia Essencial: BACICH, L; MORÁN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora . Porto Alegre: Penso, 2018. BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. Semin. Ciência Soc. Hum. , v. 16, ed. esp., p. 9-19, 1995. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia . 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. MUNIZ, Luciana Soares; FERREIRA, Juliene Madureira; LIMA, Lucianna Ribeiro de; MARTÍNEZ, Albertina Mitjás (orgs.). Aprendizagem e trabalho pedagógico: criatividade e inovação em foco - Uberlândia: EDUFU, 2022 . RIBEIRO, L. R. C. Aprendizagem baseada em problemas: PBL: uma experiência no ensino superior . São Carlos: UFSCar, 2008. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Metodologia participativa e as técnicas ensino-aprendizagem . Curitiba: CRV, 2017. p. 75-85.
Bibliografia Complementar: ANDERSON, L. W. et. al. A taxonomy for learning, teaching and assessing: a revision of Bloom's Taxonomy of Educational Objectives . Nova York: Addison Wesley Longman, 2001. BONALS, J. O trabalho em pequenos grupos na sala de aula . Porto Alegre: Artmed, 2003. CORREA, A. K. Metodologia problematizadora e suas implicações para a atuação docente: relato de experiência . <i>Educ. Rev.</i> , v.27, n.3, p.61-77, 2011. MORAN, J. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá . 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. VASCONCELLOS, M. M. M. Aspectos pedagógicos e filosóficos da metodologia da problematização. <i>In</i> : BERBEL, N. A. N. (org.). Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações . Londrina: Ed. UEL, 2014.

Tópicos Especiais em Serviço Social II (Saúde Pública)

Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Historicidade das políticas públicas em saúde. Conquistas sociais, Estado e o Sistema Único de Saúde (SUS). Medidas de proteção social. Legislação. A prática profissional do assistente social no âmbito das políticas de saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância em Saúde. Rede de Atenção à Saúde. Estratégia Saúde da Família. Processo de saúde-doença-cuidado relacionado ao indivíduo, família e comunidade.

Bibliografia Básica:

BRAGA, José Carlos Souza & PAULA, Sergio Góes de. **Saúde e previdência: estudos de política social.** São Paulo, Cebes/Hucitec, 1981.

COHN, Amélia; NUNES, Edison; JACOBI, Pedro R. e KARSCH, Ursula S. **A Saúde como Direito e como Serviço.** São Paulo: Cortez Editora-CEDEC, 1991.

FERNANDES, Tania Maria. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e poder dos homens 1808-1920.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

Bibliografia Complementar:

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MASSAKO, Iyda. **Cem Anos de Saúde Pública - a Cidadania Negada.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina.** São Paulo: Editora Scipione, 2001.

HPSS 04 - Habilidades Profissionais em Serviço Social

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Políticas Públicas em Assistência Social e intersetoriais afins. Imersão na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a política social e a prática profissional referente ao semestre.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda VILLELA. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1988.

SALES, MIONE Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde.** São Paulo: Cortez. 2006.

Bibliografia Complementar:

RICHMOND, Mary E. **Diagnóstico Social.** 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971.

TORRES, Zélia. **Grupo: instrumento de Serviço Social.** 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.** 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.

5º semestre
Identities Culturais no Brasil
Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira Carga Horária: 60 horas
Ementa: Historicidade e Diversidade Cultural. O contexto nacional e internacional das políticas culturais. A formação social brasileira e os elementos constitutivos da cultura. Tradições, rupturas na constituição da sociedade brasileira. As relações entre a diversidade cultural e a prática profissional dos assistentes sociais.
Bibliografia Básica: DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade, Etnia e Estrutura Social . São Paulo: Pioneira, 1976. FRY, Peter. Para Inglês ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira . Rio de Janeiro: Zahar, 1982. HALL, Stuart. Identities Culturais na Pós-Modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
Bibliografia Complementar: DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social . Petrópolis: Vozes, 1981. COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org.). Uma Questão de Gênero . Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. BEHRING, Elaine. Política Social no Capitalismo Tardio . São Paulo: Cortez, 1998.

Pesquisa Social
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 60 horas
Ementa: Produção do conhecimento e Serviço Social. Métodos e técnicas de pesquisa social. Elaboração de projetos de pesquisa. Diferentes tipos e modalidades de pesquisa e intervenção social. Contribuições da pesquisa social para a prática profissional dos assistentes sociais.
Bibliografia Básica: BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais . São Paulo: Hucitec, 1994. GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar . Rio de Janeiro: Record, 1994. NUNES, Edson de Oliveira (org.). A Aventura Sociológica . Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
Bibliografia Complementar: BRUYNE, Paul et al. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. SELLTIZ, Claire et al. Métodos de Pesquisa das Relações Sociais . São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade . Petrópolis: Vozes, 1994.

Gênero, Raça/Etnia e Políticas Sociais

Modalidade: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Historicidade das relações de gênero, raça e etnia. Conquistas sociais contemporâneas no âmbito das questões de gênero, raça e etnia. Direitos sociais e cidadania. Corpo e sexualidade.

A prática profissional do assistente social. Legislação e Medidas de proteção social. Violências, abusos e crimes sexuais.

Bibliografia Básica:

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo, Primeira, Editora 34, 2002.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

Bibliografia Complementar:

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Envelhecimento e Políticas Sociais

Modalidade: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Historicidade da Velhice e contemporaneidade. O contexto nacional e internacional das questões relativas à Velhice. Conquistas sociais e o Estatuto do Idoso. Legislação. Medidas de proteção social. Violências e abusos contra Idosos. Equipamentos públicos e a prática profissional do assistente social.

Bibliografia Básica:

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice II. As Relações com o Mundo**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1970.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro. IPEA, 2004.

FALEIROS, V. P.; LOUREIRO, A. M, L. (orgs). **Desafios do envelhecimento, vez, sentido e voz**. 1ª edição. Brasília. Editora Universal, 2006.

Bibliografia Complementar:

HADDAD, Eneida G., M. **A Ideologia da Velhice**. São Paulo. Cortez Editora, 1986.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Fundamentos Constitucionais do Direito à Velhice**. Rio de Janeiro. Livraria e Editora Obra Jurídica, 2002

HAYFLICK, Leonard. **Como e Por Que Envelhecemos**. Rio de Janeiro. Editora Campos, 1997.

HPSS 05 - Habilidades Profissionais em Serviço Social

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Políticas Públicas em Assistência Social e intersetoriais afins. Imersão na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a política social e a prática profissional referente ao semestre.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda VILLELA. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1988.

SALES, MIONE Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde.** São Paulo: Cortez. 2006.

Bibliografia Complementar:

RICHMOND, Mary E. **Diagnóstico Social.** 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971.

TORRES, Zélia. **Grupo: instrumento de Serviço Social.** 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.** 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.

Política Social II

Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Aprofundamento e consolidação dos estudos sobre Políticas Sociais e contemporaneidade. O contexto nacional e internacional das políticas sociais. Historicidade e desmonte das políticas sociais. Conquistas sociais e as tensões com o Estado. As políticas públicas e a prática profissional dos assistentes sociais. Especificidades das políticas sociais no contexto do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elisabete (org.). **A Nova Fábrica de Consensos.** São Paulo: Cortez, 1998.

CASTEL, Robert, WANDERLEY, Luis Eduardo & WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e a Questão Social.** São Paulo: EDUC, 2000.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de & SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (org.). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção do Conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

Ética Profissional
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 60 horas
Ementa: Elementos fundantes da ética na vida social. Aprofundamento do debate sobre as questões éticas e os códigos de ética. Impasses e dilemas éticos na prática profissional. Os limites e as possibilidades da prática profissional do assistente social. Estudo na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social.
Bibliografia Básica: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. Serviço Social e Ética: Convite a uma Nova Práxis . São Paulo: Cortez/CFESS, 1996. NOVAES, Adauto (org.). Ética . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e Práxis Histórica . São Paulo: Ática, 1995.
Bibliografia Complementar: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e Economia . São Paulo: Ática, 1995. VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). Saúde Mental e Serviço Social . São Paulo: Cortez, 2000. FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social . São Paulo: Cortez, 1997.

6º semestre
Direitos Humanos no Brasil
Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira Carga Horária: 60 horas
Ementa: A historicidade de conquistas dos direitos humanos na modernidade. Violação aos Direitos Humanos. Formas de Proteção social. Estado e as formas de manutenção de injustiças sociais. Legislação e construção de mecanismos de defesa.
Bibliografia Básica: ALVES, José Augusto Lindgren. Os Direitos Humanos como Tema Global . São Paulo: Perspectiva, 1994. LESBAUPIN, Ivo. As Classes Populares e os Direitos Humanos . Petrópolis: Vozes, 1984. MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, Classe Social e Status . Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
Bibliografia Complementar: BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. GOFFREDO, Gustavo (org.). Direitos Humanos: um Debate Necessário . São Paulo: Brasiliense, 1989. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça . Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Prática Profissional
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 60 horas
Ementa: Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Políticas Públicas em Assistência Social e intersetoriais afins. Imersão na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a política social e a prática profissional.
Bibliografia Básica: FALEIROS, Vicente de Paula. Saber Profissional e Poder Institucional . São Paulo: Cortez, 1985. IAMAMOTO, Marilda. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social . São Paulo: Cortez, 1992. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Instituição e Poder . Rio de Janeiro: Graal, 1979.
Bibliografia Complementar: LOURAU, René. A Análise Institucional . Petrópolis: Vozes, 1982. LAPASSADE, Georges. Organizações e Instituições . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. WEISSHAUPT, Jean Robert (org.). As Funções Sócio-Institucionais do Serviço Social . São Paulo: Cortez, 1985.

HPSS 06 - Habilidades Profissionais em Serviço Social
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 60 horas
Ementa: Metodologia da Problematização. Arco de Maguerez. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Políticas Públicas em Assistência Social e intersetoriais afins. Imersão na realidade da assistência social e investigação desta pela problematização de conceitos e práticas com base nos fundamentos teóricos da área de conhecimento do Serviço Social. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a política social e a prática profissional referente ao semestre.
Bibliografia Básica: IAMAMOTO, Marilda VILLELA. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica . São Paulo: Cortez, 1988. SALES, MIONE Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. Política Social, família e juventude: uma questão de direitos . 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social. Cotidiano, formação e alternativas na área de Saúde . São Paulo: Cortez. 2006.
Bibliografia Complementar: RICHMOND, Mary E. Diagnóstico Social . 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971. TORRES, Zélia. Grupo: instrumento de Serviço Social . 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978. VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria . 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.

Eletiva 1
Modalidade: Núcleo Universal Carga Horária: 80 horas
Ementa: Sobre as eletivas no núcleo universal da UnDF, será apresentado um catálogo de possibilidades, e cada uma dessas unidades curriculares terá sua ementa, bibliografia básica e complementar definidas em diretrizes específicas para sua organização. Importante destacar ainda que o estudante escolherá a eletiva do núcleo universal que irá cursar conforme oferta da universidade para o semestre.
Bibliografia Básica: A ser definida pelo corpo docente.
Bibliografia Complementar: A ser definida pelo corpo docente.

Estágio Supervisionado I
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 135 horas
Ementa: Fundamentação teórico-prática do estágio supervisionado no local de atuação do assistente social. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas de intervenção social. Vivência de processos de investigação e problematização da realidade social em pauta, com vistas ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e responsabilidades inerentes à atuação do assistente social. Observação, diagnóstico, análise e exercício da prática profissional com ênfase na produção de dados para a proposição de ações interventivas, projetos e/ou materiais que contribuam no processo de trabalho. Desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando a construção do Plano de Estágio.
Bibliografia Básica: LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009. FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. São Paulo: Cortez, 1981. VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Bibliografia Complementar: GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995. IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998. PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

7º semestre
Orientação e Treinamento Profissional
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 50 horas
Ementa: Fundamentação teórico-prática em relação ao treinamento no local de atuação do assistente social. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas de observação e prática profissional.
Bibliografia Básica: FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social . São Paulo: Cortez, 1981. NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social . São Paulo: Cortez, 1995. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas . São Paulo: Atlas, 1987
Bibliografia Complementar: IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional . São Paulo, Cortez, 1998. PESSOA, Enildo. Planificação: a Opção pelas Classes Populares . Campinas: Papirus, 1988. FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social . São Paulo: Cortez, 1997.

Tópicos Especiais em Serviço Social III (Educação)
Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira Carga Horária: 40 horas
Ementa: Historicidade das políticas públicas em educação. Conquistas sociais, Estado e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Plano Nacional de Educação (PNE) e as relações com a assistência social. A prática profissional do assistente social no âmbito das políticas de educação. Escola pública e relações com a assistência social. Legislação e questões jurídicas.
Bibliografia Básica: SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . Campinas: Autores Associados, 2008. MANCIBO, Deise; DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afranio M.; OLIVEIRA, João Batista Araújo e. Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais . Goiânia: Alternativa; São Paulo: Xamã, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido . 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
Bibliografia Complementar: AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Coord.). Dicionário Paulo Freire . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil: história e teoria . Campinas: Autores Associados, 2008.

Planejamento, Administração e Gestão de Projetos em Serviço Social

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Estudo da historicidade dos mecanismos de planejamento, administração e gestão de projetos em Serviço Social. Análise crítica dos elementos constitutivos que subsidiam os instrumentos de gestão produzidos no Brasil. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas para a construção de planos de gestão. As contribuições dos variados instrumentos de gestão para a prática profissional do assistente social.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** Zahar Editores: 1974.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Myrian. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** Paulo: Veras Editora, 2003.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente: governantes e governados.** São Paulo: Fundap, 1996.

RICO, Elizabeth. RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate.** São Paulo: EDUC e IEE, 1999.

Estágio Supervisionado II

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 135 horas

Ementa: Fundamentação teórico-prática do estágio supervisionado no local de atuação do assistente social. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas de intervenção social. Vivência de processos de investigação e problematização da realidade social em pauta, com vistas ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e responsabilidades inerentes à atuação do assistente social. Observação, diagnóstico, análise e exercício da prática profissional com ênfase na produção de dados para a proposição de ações interventivas, projetos e/ou materiais que contribuam no processo de trabalho. Desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando a implementação, avaliação formativa e acompanhamento do Plano de estágio.

Bibliografia Básica:

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social.** São Paulo: Cortez, 1981.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

Trabalho e Sociabilidade

Modalidade: Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Trabalho e contemporaneidade. O contexto nacional e internacional da prática profissional dos assistentes sociais. Produção do conhecimento no campo do Trabalho.

Aprofundamento do estudo sobre trabalho e as recentes formas de precarização e exploração. A centralidade do trabalho na produção e reprodução social da vida. A divisão sócio-técnica do trabalho. O conflito central entre trabalho e capital. As contra-reformas e a degradação das condições de vida. Trabalho e desemprego. Lutas sindicais e condições de trabalho. A prática profissional do assistente social e as relações com o mundo do trabalho. Especificidades do mundo do trabalho no contexto do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 7ª Reimpressão. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2005.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.

SANTANA, Marco A. & RAMALHO, José R. (orgs.). **Além da Fábrica de trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** 1ª ed. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2003.

Bibliografia Complementar:

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização.** 14ª edição. Rio de Janeiro. Civilização, 2007.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho.** 1ª Reimpressão. São Paulo. Boitempo, 2005.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** 1ª ed. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2002.

8º semestre
Técnicas de Intervenção Social
Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional Carga Horária: 60 horas
Ementa: Historicidade das formas e abordagens de intervenção social. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas de intervenção social. Elaboração de relatórios, com base nos registros e documentação. Tratamento de informações. Metodologia da Problematização. Arco de Maguerz. Métodos de avaliação em aprendizagem. Metodologia científica. Comunicação. Processos grupais e liderança. Atividades de preparação, orientação e acompanhamento do estudante na prática profissional. Considerar os elementos que constituem a prática e ética profissional.
Bibliografia Básica: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. BENJAMIN, Alfred. A Entrevista de Ajuda. São Paulo: Martins Fontes, 1991. SOUZA, Herbert de. Como fazer uma Análise de Conjuntura. Petrópolis: Vozes, 1992.
Bibliografia Complementar: MEDINA, Cremilda de Araújo. Entrevista: o Diálogo Possível. São Paulo: Ática, 1986. MINICUCCI, Agostinho. Dinâmica de Grupo. São Paulo: Atlas, 1993. PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Eletiva 2
Modalidade: Núcleo Universal Carga Horária: 80 horas
Ementa: Sobre as eletivas no núcleo universal da UnDF, será apresentado um catálogo de possibilidades, e cada uma dessas unidades curriculares terá sua ementa, bibliografia básica e complementar definidas em diretrizes específicas para sua organização. Importante destacar ainda que o estudante escolherá a eletiva do núcleo universal que irá cursar conforme oferta da universidade para o semestre.
Bibliografia Básica: A ser definida pelo corpo docente.
Bibliografia Complementar: A ser definida pelo corpo docente.

Análise de Políticas e Indicadores Sociais II

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Aprofundamento dos estudos de indicadores sociais. Análise dos elementos constitutivos de pesquisas, políticas e indicadores sociais produzidos no Brasil. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas para a construção de indicadores locais e regionais. As contribuições dos indicadores sociais para a prática profissional do assistente social. Análise crítica dos fundamentos e critérios que embasam a formulação dos indicadores sociais.

Bibliografia Básica:

RICO, Maria Elizabeth. **Avaliação de políticas. Uma questão em debate.** São Paulo, Cortez IEE/PUC, 1998.

ABRANCHES, Sérgio. **Política social e combate à pobreza.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

PEREIRA, Potyara. **Política social: temas e questões.** São Paulo, primeira, Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

TEIXEIRA, Sônia Fleury, (Org.). **Reforma sanitária: em busca de uma teoria.** São Paulo Cortez 1989.

WORTHEIN, Blaine, SANDERS, James R. e FITZPATRICK, Jody L. **Avaliação de programas: concepções e práticas.** São Paulo, Gente, 2004.

AGUILAR, Maria José & ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de programas e serviços sociais.** Petrópolis. Vozes, 1994.

Estágio Supervisionado III

Modalidade: Núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Carga Horária: 135 horas

Ementa: Fundamentação teórico-prática do estágio supervisionado no local de atuação do assistente social. Desenvolvimento de repertório de métodos e técnicas de intervenção social. Vivência de processos de investigação e problematização da realidade social em pauta, com vistas ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e responsabilidades inerentes à atuação do assistente social. Observação, diagnóstico, análise e exercício da prática profissional com ênfase na produção de dados para a proposição de ações interventivas, projetos e/ou materiais que contribuam no processo de trabalho. Desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando a implementação, avaliação formativa e acompanhamento do Plano de estágio. Construção do relatório final do Estágio Supervisionado.

Bibliografia Básica:

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social.** São Paulo: Cortez, 1981.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2013.

AUSUBEL, David. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Trad. Lígia Teopisto. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BELACIANO, M.I. **Uma Forma Curricular: Notas para uma Teoria de Currículo para a Educação Médica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília-UnB, 237p. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. [LDBEN]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES no 776/97**. Brasília, DF; 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

CEBRASPE. Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI, documento contemplando políticas voltadas para as modalidades presencial e a distância**. Autor:

SOUSA, José Vieira de.; Coord. GRIBOSKI, Claudia Maffini, Brasília, DF, 2022. (Termo de Referência n. 020, Código n. 2021-020, Projeto “Uma Universidade Distrital” – Termo de Colaboração n. 2/2020, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE) (a).

CORTELAZZO, A. L. **Organização didático-pedagógica dos cursos com métodos, técnicas e metodologias**: metodologias ativas de ensino e aprendizagem. [Projeto “Uma Universidade Distrital”. Termo de colaboração n. 2/2020]. Brasília, DF: CEBRASPE: FAPDF: FUNAB, 2021.

COUTINHO, C. P.; LISBOA, E. S. Sociedade da Informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. *In: Revista de Educação*, v. 18. n. 1, 2011, p. 5-22. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/14854>. Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. 1993. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=66634. Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 405, de 19 de setembro de 2017. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília: n. 181 de 20 set. 2017, p. 5, col. 1. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=3549aff35ef64a409d19508b1fbde3ac. Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 39.218, de 6 de julho de 2018. Altera a nomenclatura e a estrutura administrativa da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, que passa a se chamar Escola Superior de Polícia Civil e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Edição Extra, Brasília, n. 48, 6 jul. 2018 p. 1, col. 2. Disponível em: http://www.tc.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=efa1246005244310947ba2957268d2a2. Acesso em: 16 jan. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Lei complementar n. 987, de 26 de julho de 2021. Autoriza a criação e define as áreas de atuação da Universidade do Distrito Federal (UnDF) e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Suplemento, Brasília: n. 140, 27 jul. 2021a, p. 5.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 42.333, de 26 julho de 2021. Institui a Universidade do Distrito Federal - UnDF e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, n. 140, 27 jul. 2021b, p. 3.

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 403, de 29 de dezembro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta do Distrito Federal UnAB/DF e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, n. 263, 30 dez. 1992, p. 1.

FERREIRA, Andréia A.; SILVA, Bento D. da. Comunidade de prática on-line: uma estratégia para o desenvolvimento profissional dos professores de história. **Educação em Revista**, v. 30, n. 1, p. 37-64, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. *In: TACCA, Maria Carmen Villeda Rosa (org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Psicologia e educação: desafios e projeções. In: RAYS, O. A. (org.). **Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. Tradução de Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. Criatividade no trabalho pedagógico e criatividade na aprendizagem: uma relação necessária?. In: TACCA, Maria Carmen (org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. Aprendizagem criativa no ensino superior: a significação da dimensão subjetiva. In: MARTÍNEZ, A. M.; TACCA, M. C. (org.) **A complexidade da aprendizagem: destaque ao ensino superior**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

MITJÁNS, A.; ALVAREZ, P. (orgs.). **O sujeito que aprende: diálogo entre a psicanálise e o enfoque histórico-cultural**. Brasília: Liberlivro, 2014.

MORAN, José; BACICH, Lilian (orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2017. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

MORIN, E. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. São Paulo: Artmed, 2001.

PETERSON, P.; MCCARTHEY, S. **Restructuring in the classroom: teaching, learning, and School Organization**. 1996.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Periódico do Programa de Pós Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande-MS, n. 25, p. 11-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212/209>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). Portaria nº 195, de 8 de setembro de 2008. Autoriza o funcionamento do Curso de Graduação em Enfermagem a ser implantado na Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCES. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, n. 179, 9 set. 2008.

SOUSA, J. V. **Educação superior no Distrito Federal**: consensos, conflitos e transformações na configuração de um campo. Brasília: Liber; FE/Universidade de Brasília, 2013.

SOUSA, J. V. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026**: contemplando políticas voltadas para as modalidades presencial e a distância. Brasília, DF: Cebraspe: UnDF, 2022.

TOBÓN, Sergio. **Formación integral y competencias**: pensamiento complejo, currículo, didáctica y evaluación. 4. ed. Bogotá: ECOE, 2013.

TORRES, P. L.; IRALA, E. A. F. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. *In*: TORRES, P. L. (org.). **Complexidade**: redes e conexões na produção do conhecimento. v. 1. Curitiba: SENARPR, 2014.

TUNES, E.; TACCA, M.C. V. R.; BARTHOLO JR., R. S. O professor e o ato de ensinar. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo. v. 35, n. 12, p. 689-698, set./dez., 2005.

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL PROFESSOR JORGE AMAURY MAIA NUNES (UnDF). Resolução n. 3, de 12 de maio de 2022. Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Distrito Federal (UnDF). **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, 16 maio de 2022, Seção 1, p. 8-13.

VILLAS BOAS, Benigna. Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio. **Revista Linhas críticas**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 75-90, jan./jun. 2006.

